

SOCIALISMO EM DISCUSSÃO

LAYMERT G. DOS SANTOS
MARIA RITA KEHL
BERNARDO KUCINSKI
WALTER PINHEIRO



R E V O L U Ç Ã O
T E C N O L Ó G I C A
I N T E R N E T E
S O C I A L I S M O

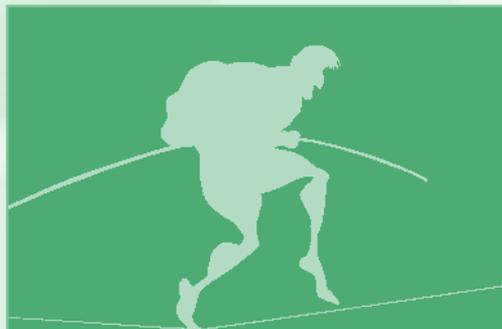


EDITORA FUNILÇÃO PERSEU ABRAMO

O SEGUNDO CICLO DO SEMINÁRIO **SOCIALISMO E DEMOCRACIA** DEDICOU-SE AO EXAME DE QUESTÕES CONCRETAS QUE ESTÃO SENDO POSTAS PARA AS ESQUERDAS NO **BRASIL**. A ABORDAGEM DESSAS QUESTÕES JUNTOU AS URGÊNCIAS DE CURTO PRAZO COM A PERSPECTIVA HISTÓRICA MAIS LARGA DO FUTURO. POR ISSO, OS VÁRIOS TEMAS FORAM TRABALHADOS, SEMPRE, PERGUNTANDO-SE QUAIS SÃO SUAS INTERAÇÕES COM O SOCIALISMO. FORAM ABORDADOS TEMAS COMO A RICA EXPERIÊNCIA – QUE A VÁRIOS TÍTULOS REPRESENTA UMA ENORME INOVAÇÃO POLÍTICA – DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, O PLANEJAMENTO URBANO, A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA, AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LUTA SOCIAL, A DECISIVA REVOLUÇÃO MOLECULAR-DIGITAL E A VIRADA DA INFORMAÇÃO, E, POR ÚLTIMO, AS COMPLEXAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS NA ERA DA CHAMADA GLOBALIZAÇÃO.

O EXAME TRAVEJOU, SEMPRE, A EXPERIÊNCIA DAS LUTAS COM A REFLEXÃO QUE PROCURAVA PROJETÁ-LAS E ENTENDÊ-LAS NO QUADRO DA TRANSFORMAÇÃO URGENTE E RADICAL. NÃO PARA UM DIA QUALQUER POSTERIOR À REVOLUÇÃO, MAS DIUTURNAMENTE.

FRANCISCO DE OLIVEIRA



REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, INTERNET
E SOCIALISMO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revolução tecnológica, internet e socialismo / Laymert Garcia dos Santos... [et. al.]. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Socialismo em Discussão)

ISBN 85-86469-79-3

Outros autores: Bernardo Kucinski, Maria Rita Kehl, Walter Pinheiro

Bibliografia.

1. Cibernética 2. Internet (Rede de computadores) 3. Socialismo I. Santos, Laymert Garcia dos. II. Kucinski, Bernardo. III. Kehl, Maria Rita. IV. Pinheiro, Walter. V. Série

03-0721

CDD-320.531

Índices para catálogo sistemático:

1. Socialismo: Ciência política 320.531

Socialismo em discussão

REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA, INTERNET E SOCIALISMO

Laymert Garcia dos Santos

Maria Rita Kehl

Bernardo Kucinski

Walter Pinheiro



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Hamilton Pereira – presidente
Ricardo de Azevedo – vice-presidente
Selma Rocha – diretora
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Editora Assistente

Candice Quinelato Baptista

Assistente Editorial

Viviane Akemi Uemura

Revisão

Márcio Guimarães de Araújo
Maurício Balthazar Leal

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da Capa

Paulino NR Lazur

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Gráfica Bartira

1ª edição: junho de 2003 – Tiragem: 3.000 exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.efpa.com.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2003 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-79-3

Apresentação

Francisco de Oliveira 7

A informação após a virada cibernética

Laymert Garcia dos Santos 9

Da dimensão atual à dimensão virtual da realidade 15

Propriedade intelectual 18

Exclusão 22

A magnitude do problema: como conceber o desenvolvimento

tecnológico numa sociedade pós-catastrófica 28

Considerações finais 33

Comentários

Maria Rita Kehl 35

A inclusão da inclusão 35

Informação e pensamento 37

Walter Pinheiro 43

Privatização e exclusão 43

Mais uma vez a pergunta: é revolucionário?	45
Abdicamos do controle	47
Informação e globalização	49
<i>Bernardo Kucinski</i>	53
Informática e liberdade	53
Debate com o público	
<i>Fábio</i>	59
<i>Ricardo Gomes Filho</i>	59
<i>João Antonio de Moraes</i>	60
<i>Edmar Silva</i>	61
<i>Nazaré Lopes Bretas</i>	61
<i>Rodrigo Assunção</i>	62
<i>José Alfonso Klein</i>	63
<i>Lincoln Secco</i>	64
<i>Carlos Tato Cortizo</i>	64
<i>Geraldo Santiago Pereira</i>	65
<i>Paulo Vannuchi</i>	66
<i>Terezinha Ferrari</i>	67
<i>Humberto Leopoldo Butcher</i>	67
<i>Laymert Garcia dos Santos</i>	68
<i>Maria Rita Kehl</i>	70
<i>Laymert Garcia dos Santos</i>	74
<i>Bernardo Kucinski</i>	78
<i>Walter Pinheiro</i>	82
Sobre os autores	93

Apresentação

Francisco de Oliveira

O segundo ciclo do seminário Socialismo e Democracia – reproduzido na coleção Socialismo em Discussão –, que o Instituto Cidadania, a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria de Formação Política do Partido dos Trabalhadores realizaram no primeiro semestre de 2001, dedicou-se, dessa vez, ao exame de questões concretas que estão sendo postas para o movimento das esquerdas no Brasil com urgência, particularmente a partir das expressivas vitórias nas eleições municipais de outubro de 2000. O Partido dos Trabalhadores, para não usurparmos a fala das outras formações da esquerda brasileira, foi chamado a dar soluções concretas aos já dramáticos problemas das cidades, herança de um longo ciclo histórico, agravados pelas políticas ou antipolíticas neoliberais dos últimos dez anos.

Entendeu-se que a votação cidadã optou pelo PT não apenas pela urgência da conjuntura, mas como uma orientação de outra perspectiva de desenvolvimento econômico, social, político e cultural, caucionada pela trajetória do partido desde sua criação e pela exemplaridade das administrações petistas ali onde a cidadania lhe tem entregue a gestão do Estado, em municípios e estados.

A abordagem das questões concretas juntou as urgências de curto prazo com a perspectiva histórica mais ampla do futuro. Por isso os



vários temas foram trabalhados, sempre, perguntando-se quais são suas interações com o socialismo. De modo que as gestões da esquerda não devem ser apenas o breve ciclo de uma administração, mas precisam também realizar concretamente, na vida cotidiana das cidades, das cidadãs e dos cidadãos, uma mudança cujo nome histórico é socialismo. Não para um dia qualquer posterior à revolução, mas diuturnamente. Desse modo, a perspectiva histórica do socialismo ajuda, orienta e valoriza medidas simples, ao alcance da cidadania, sem a grandiloquência dos grandes eventos, mas preparando-a para seu autogoverno.

Foram abordados o recado das urnas de 2000, a rica experiência, que a vários títulos representa uma enorme inovação política, do orçamento participativo, o planejamento urbano, a reforma agrária e o movimento dos trabalhadores sem-terra, as formas contemporâneas da luta social, a decisiva revolução molecular-digital e a virada da informação, e, por último, as complexas relações econômicas internacionais na era da chamada globalização. O exame travejou, sempre, a experiência das lutas com a reflexão que procurava projetá-las e entendê-las no quadro da transformação urgente e radical. Destacados militantes do Partido dos Trabalhadores, desde seu presidente de honra, novos dirigentes municipais, calejados quadros políticos, governadores e prefeitos, especialistas, reputados professores universitários, apoiados, discutidos e contestados por um público sempre numeroso e participante, dedicaram o tempo necessário para arejar o pensamento, desafiando o entendimento da nova complexidade. Assim, o PT busca juntar ação e reflexão, não apenas para preparar quadros, mas para assumir o mandato da transformação – como disse uma já clássica canção petista – “sem medo de ser feliz”.

Em nome da Comissão Organizadora,
Francisco de Oliveira

A informação após a virada cibernética

Laymert Garcia dos Santos

Gostaria de começar minha fala chamando a atenção dos presentes para o título que foi dado pela coordenação do seminário à minha intervenção – “Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo”¹. Nele há duas palavras que sempre, ou quase sempre, andaram juntas: socialismo e revolução. Mas aqui, neste enunciado, o modo como estas palavras aparecem já evidencia um problema. Como se revolução e socialismo não pertencessem à mesma esfera de significações, como se estas palavras não fizessem parte do mesmo vocabulário, como se referenciassem planos diversos de realidade que precisássemos pensar. Em suma: como se o pensamento político de esquerda precisasse elaborar e discutir uma revolução que teria ocorrido fora do seu âmbito de ação e reflexão.

Aceitando o pressuposto de que há uma revolução tecnológica e de que é preciso pensar sua articulação com a luta pelo socialismo, minha intervenção não pretende trazer respostas e soluções, mas sim problematizar as relações entre tecnologia e política na sociedade contemporânea e apontar questões que, a meu ver, não estão sendo tratadas com a devida atenção pela esquerda brasileira.

1. Este seminário – cujo título original é “Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo” – faz parte do segundo ciclo de debates “Socialismo e democracia” (ver p. 95) e foi realizado dia 4 de junho de 2001.

Desde a década de 1970, mas principalmente nos anos mais recentes, tem se firmado a tese segundo a qual o capitalismo estaria se transfigurando ao incorporar a dimensão da cultura ao processo de produção e até mesmo ao fazer dela o motor da acumulação. De certo modo, grande parte da discussão que se trava nas ciências sociais sobre a questão da globalização, mas também da chamada pós-modernidade, gira em torno daquilo que Frederic Jameson denominou “a virada cultural”², isto é, a transformação geral da própria cultura com a reestruturação social do capitalismo tardio enquanto sistema. Nessa perspectiva, se quisermos compreender a sociedade atual, precisaremos entender como a cultura vem sendo colonizada pelo capital e como tal colonização afeta a política, as lutas de resistência e os anseios de emancipação. Seguindo a trilha de Jameson e de outros autores, Jeremy Rifkin, um arguto farejador das tendências econômicas contemporâneas, argumenta que o capitalismo global não só é “baseado no conhecimento”, mas também, e principalmente, que ele, ao canibalizar as culturas, todas as culturas, ameaça as próprias bases das sociedades ao dissolver a diversidade cultural do planeta por meio de uma instrumentalização cada vez mais intensa e acelerada³.

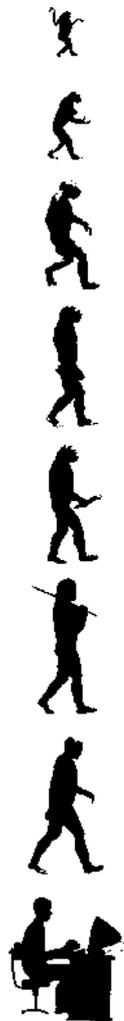
A discussão sobre a virada cultural operada pelo capitalismo contemporâneo é muito instigante. Tendo porém a achar que ela tem um alcance limitado por não considerar a centralidade das tecnologias da informação no processo em curso – mesmo conferindo importância a essas tecnologias, o pensamento sobre a virada cultural vê o papel destas como apenas *um* dos fatores da transformação. Minha hipótese, portanto, é que para perceber o mundo que está sendo construído não basta compreender a plena incorporação da cultura ao sistema de mercado. Mais importante do que a transformação desta em mercadoria parece ser a “virada cibernética”, que selou a aliança entre o capital e a ciência e a

2. JAMESON, Frederic. *The Cultural Turn*. London/New York, Verso, 1998.

3. RIFKIN, Jeremy. *The Age of Access*. New York, Jeremy P. Tarcher/Putnam, 2000. Ver principalmente o capítulo 9.

tecnologia, e conferiu à tecnociência a função de motor de uma acumulação que vai tomar todo o mundo existente como matéria-prima à disposição do trabalho tecnocientífico.

Antes porém de explorar as características da virada cibernética, convém fazer um reparo. Quando ouvimos a expressão “tecnologias da informação”, costumamos pensar nas máquinas e nos meios que processam as mensagens produzidas pelos homens, veiculando um conteúdo imaterial – textos, imagens e sons. Nesse caso, a informação é então entendida em seu sentido jornalístico, como esse dado da realidade que, uma vez trabalhado pela linguagem humana, se torna o componente das mensagens capaz de estruturar a comunicação entre emissor e receptor, e manifestar a originalidade da troca simbólica que se estabelece. Mais ainda: quando se fala em tecnologias da informação, costumamos pensar na mídia, isto é, no sistema de produção industrial de informações. Entretanto é preciso deixar claro que a mídia, tal como existe hoje, é apenas um segmento, ainda que relevante, da virada cibernética; esta implica muito mais do que o simples uso dos meios eletrônicos para transmitir informações. Hoje não se pode mais pensar a questão dos meios eletrônicos segundo os mesmos parâmetros de outrora – as concepções que viam os meios como o quarto Poder, como dispositivos passíveis de democratização da cultura, como porta-vozes da opinião pública, como veículos que podem contribuir para o aperfeiçoamento democrático. Estas concepções precisam ser reconsideradas dentro do campo maior que é definido pelo alcance e pela abrangência da noção tecnocientífica de informação. Do mesmo modo, discussões como a democratização da informática e da internet não podem se limitar à exaltação ou à crítica dos novos meios. Isso porque as tecnologias da informação extrapolam imensamente o campo de atuação da mídia e das novas mídias, pois operam – em todos os campos – a codificação e a digitalização do mundo ao



manipularem a realidade informacional que permeia a matéria inerte, o ser vivo e o objeto técnico.

Antes de marcar uma “revolução” na sociedade contemporânea, a virada cibernética foi uma mudança que se operou desde o final da Segunda Guerra Mundial no campo da ciência e da tecnologia. Comentando a importância da publicação do livro de Norbert Wiener, *Cybernetics, Theory of Control and Communications in the Animal and the Machine*, o filósofo Gilbert Simondon observa:

Enquanto a especialização científica impedia as possibilidades de comunicação, nem que fosse por causa de linguagens diferentes entre especialistas de diferentes ciências, a cibernética, em contrapartida, resultava de vários homens trabalhando em equipe e tentando entender a linguagem uns dos outros. [...] a presença de médicos, de físicos e de matemáticos eminentíssimos nessa equipe mostrava que se produzia no campo das ciências algo que sem dúvida não havia existido desde Newton pois [...] Newton pode ser considerado o último homem de ciência a haver coberto todo o campo da reflexão objetiva. [...] Com efeito, historicamente, a cibernética surgiu como algo novo, querendo instituir uma síntese⁴.

As palavras de Simondon dão a medida da relevância da cibernética não só na evolução da atividade científica como também, e principalmente, no campo da reflexão como um todo. A elaboração de uma linguagem comum para além das especificidades dos diversos ramos do conhecimento científico e a instituição de uma nova síntese, só comparável à revolução newtoniana, indicavam que a teoria da informação parecia assumir um papel central no pensamento humano contemporâneo.

4. WIENER, Norbert. “L’homme et la machine”. In: *Le concept d’information dans la science contemporaine*. Cahiers de Royumont – Philosophie, nº v, Paris, Ed. de Minuit, p. 99-100.

Tal centralidade se devia ao fato de o conceito de informação ser válido nos campos da física, da biologia e da tecnologia. Com a palavra, Simondon:

Seria preciso definir uma noção que fosse válida para pensar a individuação na natureza física tanto quanto na natureza viva, e em seguida para definir a diferenciação interna do ser vivo que prolonga sua individuação separando as funções vitais em fisiológicas e psíquicas. Ora, se retomamos o paradigma da tomada de forma tecnológica, encontramos uma noção que parece poder passar de uma ordem de realidade a outra, em razão de seu caráter puramente operatório, não vinculado a esta ou àquela matéria, e definindo-se unicamente em relação a um regime energético e estrutural: a noção de informação⁵.

Definida como a singularidade real por meio da qual uma energia potencial se atualiza, através da qual uma incompatibilidade é superada, a informação, segundo a formulação luminosa de Gregory Bateson, é “uma diferença que faz a diferença”. Ocorre que tanto na física quanto na biologia e na tecnologia a informação atua nessa realidade pré-individual, intermediária, que o filósofo denomina “o centro consistente do ser”; essa realidade natural pré-vital tanto quanto pré-física a partir da qual a vida e a matéria inerte são geradas e tornam-se consistentes. Ora, a possibilidade de se conceber um substrato comum à matéria inerte, ao ser vivo e ao objeto técnico apaga progressivamente as fronteiras estabelecidas pela sociedade moderna entre natureza e cultura. Mais ainda: tudo se passa como se houvesse um plano de realidade em que matéria e espírito humano pudessem se encontrar e se comunicar não como realidades exteriores postas em contato, mas como sistemas que passam a se integrar num processo de resolução que é imanente ao próprio plano. Se a

5. SIMONDON, Gilbert. *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Epiméthée, Paris, Presses Universitaires de France, 1964, p. 250.

técnica é veículo de uma ação que vai do homem ao universo e de uma informação que vai do universo ao homem, é fator de resolução de um diálogo intenso; o que conta é a interação, o caráter produtivo do agenciamento, e não as partes preexistentes. Na base da virada cibernética encontra-se, assim, a capacidade do homem de “falar” a linguagem do “centro consistente do ser”.

Aliás, a própria noção de virada cibernética expressa a possibilidade nova que se abria, pois foi cunhada para designar uma mudança que se operou na lógica da técnica, quando ficaram evidentes as reciprocidades informacionais entre diferentes organismos e entre organismos e técnica. Donna Haraway havia observado que as ciências das comunicações e a biologia moderna compartilham o mesmo ímpeto de traduzir o mundo num problema de codificação, de buscar uma linguagem comum na qual desapareça qualquer resistência ao controle instrumental e na qual toda heterogeneidade possa ser submetida a decomposição, recomposição, investimento e troca. “O mundo”, escreve Haraway, “é subdividido por fronteiras diferencialmente permeáveis à informação. Esta nada mais é do que um tipo de elemento quantificável (unidade, base de unidade) que permite uma tradução universal e, portanto, um poder instrumental desabrido”⁶.

É preciso, portanto, perceber a virada cibernética como esse “movimento comum” que se dá no campo da ciência e da técnica, a partir do qual se instaura a possibilidade de abrir totalmente o mundo ao controle tecnocientífico por meio da informação. Mas é evidente que essa possibilidade inaugurada dentro dos laboratórios não se circunscreve a eles. A virada cibernética não é apenas mudança na lógica da técnica: a perspectiva de uma dominação irrestrita da natureza pelo homem, inclusive da natureza humana, leva a tecnociência a erigir como referência máxima o “estado de natureza cibernético” e o “estado de cultura cibernético”. Com a palavra, o sociólogo Hermínio Martins:

6. Citado por Catherine Waldby em *The Visible Human Project – Informatic Bodies and Posthuman Medicine*. Biofutures, Biocultures, London & New York, Routledge, 2000, p. 262.

No “estado de natureza cibernético”, a “natureza” é natureza-como-informação. Ou seja, o pressuposto é que a natureza se encontra totalmente disponível aos processos de recuperação, processamento e armazenamento de informação, possibilitados pela máquina universal, ou *machina machinarum*, o computador eletrônico digital, programável, multiusos e de alto rendimento. [...] Se estamos já a viver dentro do horizonte do “estado de natureza cibernético”, possível de sumariar adequadamente como “natureza-como-informação”, podemos também dizer que estamos a moldar e a ser moldados, cada vez mais, por aquilo a que podemos chamar por analogia “estado de cultura cibernético”, quando a cultura se torna cultura-como-informação. Isso é óbvio sobretudo no caso da cultura cognitiva paradigmática, a ciência natural ou tecnociência, embora se deva notar que durante várias décadas esta cibernização da ciência esteve quase totalmente confinada à ciência militar (durante a Guerra Fria). [...] Diz-se hoje que, resultante de papéis cada vez mais numerosos [...], se fez muito mais do que juntar uma frente tecnológica adicional ao *instrumentarium* da investigação científica, pelo menos nas ciências físicas e da vida. Em vez disso, parece mais apropriado falar de nada menos do que a emergência de uma terceira forma de ciência, como tem sido sugerido por alguns investigadores⁷.

Da dimensão atual à dimensão virtual da realidade – A virada cibernética não se circunscreveu aos laboratórios. Desde a década de 1970 começamos a sentir os seus efeitos no plano social. Richard Buckminster-Fuller, que acompanhou sistematicamente a evolução tecnológica do século xx desde a década de 1920 até meados dos anos 1980, descobriu que toda tecnologia tinha um tempo de gestação, mas

7. MARTINS, Herminio. “Tecnociência e arte”. In: LEONE, Carlos (org.). *Rumo ao cibernundo?* Oeiras, Ed. Celta, 2000, p. 22-23 e 25.

também que tal tempo estava encurtando cada vez mais, o que evidenciava uma aceleração crescente. Entretanto, a partir da década de 1970, a evolução tecnológica dispara, caracterizando um movimento que Fuller chama de efemeralização, isto é, aceleração da aceleração, aceleração exponencial que faz com que as transformações comecem a se precipitar. Por outro lado, a esse fenômeno se somava a descoberta da miniaturização, isto é, a possibilidade de fazer mais com menos: mais com menos trabalho, menos energia e menos matéria-prima. Se conjugarmos tudo isso com a chegada da informática na vida cotidiana, veremos que tecnicamente estavam dadas as condições para uma grande transformação da sociedade capitalista⁸.

Com efeito, a partir da década de 1970 a informática começa a penetrar em todos os setores e a favorecer fusões de tecnologias diferentes, que haviam se desenvolvido separadamente, mas agora começavam a se cruzar. Quando há fusões de linhagens tecnológicas diferentes, a soma nunca é $1 + 1 = 2$, e sim $= 3$, pois além do que cada linhagem traz a soma potencializa algo até então impensável nos ramos separados. A inovação conduziu então a produção industrial a uma verdadeira mutação que afetou inclusive a lógica dos investimentos nas empresas de ponta: a partir de meados da década de 1980 o princípio do retorno do capital começou a deixar de comandar o processo de substituição de tecnologias e passou a prevalecer o princípio do surfe: há ondas tecnológicas e as empresas têm que surfar – não há mais tempo para esperar o retorno do capital investido, as próprias ondas tecnológicas exigem que se esteja na crista da onda para não morrer.

Ninguém ignora que o desenvolvimento tecnológico encontra-se na base da globalização. Mas poucos a concebem como o fruto de uma aliança entre o capital e a tecnociência que se estende ao nível planetário ao mesmo tempo que consagra a inovação tecnológica como instru-

8. BUCKMINSTER-FULLER, Richard. *Critical Path*. New York, St. Martin's Press, 1981. Ver principalmente o capítulo 7.

mento de supremacia econômica e política. Nos países do Norte a tecnologia da sociedade é intensa. À reordenação e reprogramação do processo de trabalho em todos os setores, tornada possível pela digitalização crescente dos circuitos de produção, circulação e consumo, veio associar-se a recombinação da vida, tornada possível pela decifração do código genético e pelos avanços da biotecnologia. Naqueles países, tudo se passa como se uma nova era estivesse se abrindo ou, mais do que isso, como se tudo fosse passível de questionamento, como se até mesmo a evolução natural das espécies, inclusive a humana, tivesse chegado a seu estado terminal e a história tivesse sido “zerada”, tratando-se, agora, de reconstruir o mundo sobre novas bases. Quando percebemos que na ótica do biotecnólogo uma planta, um animal e até mesmo o ser humano reduz-se a um pacote de informações – porque o que interessa é o agenciamento das suas informações genéticas –, realizamos melhor a mudança de perspectiva. Por outro lado, a noção de trabalho e até mesmo a de produção de conhecimento também são profundamente alteradas, agora não pela informação genética, mas pela digital. O trabalho vai inscrever-se no *software* dos computadores, cuja capacidade de processar a informação na própria cadeia da produção lhe confere uma flexibilidade até então desconhecida. Finalmente, o próprio saber é transformado: cada vez mais é reelaboração, reprocessamento, reprogramação e recombinação de conhecimentos já existentes.

Em suma: a informação enquanto diferença que faz a diferença reconfigura o trabalho, o conhecimento e a vida, enquanto a virada cibernética transforma o mundo num inesgotável banco de dados. Em toda parte, e sempre que possível, o capitalismo de ponta passa a interessar-se mais pelo controle dos processos do que dos produtos, mais pelas potências, virtualidades e performances do que pelas coisas mesmas. O capital, e antes de tudo o capital financeiro, começa a deslocar-se para o

campo do virtual, voltando-se para uma economia futura cujo comportamento é analisado por meio de simulações cada vez mais complexas. Tal tendência não se limita porém ao mercado financeiro; em muitos outros setores a prospecção passa a preponderar.

Ora, é possível compreender todo esse deslocamento por meio da importância ascendente da informação, tal como é aqui entendida. Com efeito, como germe que atualiza a potência do virtual, ela é o operador da passagem de uma dimensão da realidade para outra, se lembrarmos que a dimensão atual da realidade é a dimensão do existente, ao passo que a dimensão virtual é a do que existe enquanto potência. Assim, é a informação que permite ao capital global e à tecnociência passarem da dimensão atual da realidade para a sua dimensão virtual. Agora se torna possível investir sobre toda criação, inclusive a criação da vida. Sabemos que por meio da privatização das telecomunicações, da colonização das redes e do próximo loteamento do campo eletromagnético, o capital global busca controlar o acesso e a exploração do ciberespaço; mas nos esquecemos de que a ambição maior da nova economia é assenhorear-se da dimensão virtual da realidade, e não apenas da dimensão da realidade virtual, do ciberespaço, como tem sido observado.

Se tivermos em mente que a dimensão virtual da realidade começa a ser mais importante em termos econômicos do que a sua dimensão atual, teremos uma idéia melhor do sentido da corrida tecnológica. Aliado à tecnociência, o capitalismo tem a ambição de apropriar-se do futuro.

Propriedade intelectual – Levando a instrumentalização ao extremo, a virada cibernética permite que a tecnociência considere tudo o que existe ou existiu como matéria-prima a ser processada por uma tecnologia que lhe agrega valor. Tal possibilidade abriu para a apropriação capitalis-

ta um horizonte e um campo de atuação insuspeitos: o plano molecular do finito ilimitado no qual, lembrando Deleuze, um número finito de componentes produz uma diversidade praticamente ilimitada de combinações. Se o mundo é um banco de dados, a atividade valorizada é aquela que nele garimpa informações passíveis de serem traduzidas em novas configurações e apresentadas como inovações. Não é difícil perceber, então, que tanto para a tecnociência como para o capital global a preocupação primeira consistiu em encontrar uma formulação jurídica que lhes permitisse assegurar o acesso e o controle da informação nos dois extremos, isto é, no plano molecular em que ela se encontra, mas também no plano global, no mercado mundial em que ela será explorada depois de reprogramada.

Os sistemas de propriedade intelectual foram a saída jurídica encontrada para a proteção da inovação fundada na manipulação da informação genética ou digital. Mas para que isso ocorresse foi preciso transferir para esse terreno o regime de patentes, que vigorava na esfera industrial e selava as relações entre o direito e a ciência, protegendo a propriedade de artefatos e máquinas, isto é, das coisas que não existiam na natureza inanimada. Ora, tal transferência não se configura como continuação ou simples desdobramento de um monopólio temporário de exploração concedido aos inventores desde o século XIX; na verdade, ela é muito mais do que isso.

Os direitos de propriedade intelectual consagram a dessacralização total da vida, ao legitimarem a apropriação, a exploração e a monopolização de seus componentes. De onde viemos? Para onde vamos?, se pergunta o jurista Bernard Edelman. E responde:

Até o primeiro terço do século XX, o direito estava em paz com as ciências e as técnicas e nada vinha perturbar esse idílio. A manei-



ra pela qual considerava o “ser vivo”, fosse ele vegetal, animal ou humano, como uma totalidade não apropriável [...], correspondia idealmente ao modelo técnico-científico da natureza. Em outras palavras, as categorias jurídicas estavam ajustadas ao saber técnico. Se o homem era o senhor da natureza, ainda não era o seu “possuidor” ou, mais precisamente, seu “proprietário”. A técnica da patente exprimia perfeitamente o domínio do homem sobre uma natureza inanimada⁹.

Onde estamos e para onde vamos?

A intrusão do ser vivo no campo da patente a partir dos anos 1930 é uma revolução jurídica. E para entender direito tal revolução é preciso destacar um duplo fenômeno: o da modificação profunda do papel da patente e as condições jurídicas que permitiram que o ser vivo fosse patenteável.¹⁰

Não é o caso de acompanhar aqui o longo caminho percorrido por essa revolução, que começa com uma proteção jurídica específica para as plantas por meio do Plant Act de 1930 nos Estados Unidos, abarca os microorganismos em 1980 com o caso Chakrabarty, estende-se aos animais no final da mesma década e, finalmente, chega ao homem, com o caso Moore. Interessa, porém, sublinhar que para o jurista foi-se pouco a pouco elaborando um modelo jurídico que, partindo de uma concepção sagrada do ser vivo, desembocou numa concepção instrumental e até mesmo industrial.

De todo modo, é preciso ressaltar que uma ruptura se deu no momento em que se reconheceu o direito de se patentear uma bactéria geneticamente modificada – desde então a vida torna-se um patrimônio genético

9. EDELMAN, Bernard. *La personne en danger*. Paris, Presses Univ. de France, 1999, p. 307.

10. *Idem*, *ibidem* p. 311.

suscetível de apropriação e, como tal, a última *enclosure*, na perspicaz análise de Jeremy Rifkin¹¹. Afinal, aqui, no plano molecular da vida dá-se o que o jornal *Financial Times* denominou a “derradeira privatização” ao tentar definir o objeto da disputa entre os laboratórios de biotecnologia que defendem o patenteamento de descobertas genéticas e os que defendem o patenteamento da informação genética embutida num processo ou produto industrial específico.

É interessante notar que enquanto se arrastam ao longo dos anos as iniciativas jurídicas para proteger o acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento, às inovações e práticas das comunidades tradicionais e das populações indígenas a eles associados, o acesso às inovações tecnocientíficas já se encontra mundialmente protegido pelo regime de propriedade intelectual, tal como podemos ler nos acordos GATT-Trips¹², da Organização Mundial de Comércio [OMC]. Trips protege o valor informacional dos produtos e processos manipulados pela biotecnologia e pela tecnologia da informação; mas não pode proteger outros valores, como os valores de uso modernos e tradicionais, e nem o valor da vida, porque eles não cabem no sistema.

E no entanto toda essa transformação que a ênfase na propriedade intelectual acarreta no regime de propriedade e até mesmo no objeto a ser apropriado é muito pouco discutida pelos críticos do capitalismo. Passa despercebido o caráter intrinsecamente predatório de uma cultura e de uma sociedade que começaram a considerar legítimas e justas tanto a redução dos seres vivos à condição de matéria-prima sem valor quanto a pretensão do biotecnólogo de reivindicar para sua atividade “inventiva” a exclusividade da geração de valor. Passa despercebida a desqualificação sumária do “trabalho” da natureza e de todo tipo de trabalho humano, em todas as culturas e sociedades, exceto o trabalho tecnocientífico.

11. RIFKIN, J., *op. cit.*, p. 38-44.

12. GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio; Trips – Trade Related Intellectual Property Rights (Acordo sobre aspectos de direito de propriedade intelectual relacionados ao comércio).

Exclusão – Há pouco me referi ao conceito de efemeralização forjado por Buckminster-Fuller para nomear a aceleração da aceleração, com o intuito de mostrar o rumo tomado pela evolução tecnológica desde os anos 1970. Interessava revelar de que modo e com que objetivos se exercia a aliança entre a tecnociência e o capital global. Comentando então o sentido da tecnologização intensa da sociedade, observei: tudo se passa como se uma nova era estivesse se abrindo ou, mais do que isso, como se tudo fosse passível de questionamento, como se até mesmo a evolução natural das espécies, inclusive a humana, tivesse chegado a seu estado terminal e a história tivesse sido “zerada”, tratando-se, agora, de reconstruir o mundo sobre novas bases.

Ora, se todos nós podemos acompanhar até pelos jornais que a aceleração tecnológica e a aceleração econômica do capitalismo global se fundem num só movimento, nem sempre fica claro o sentido da opção pela máxima aceleração. Os sociólogos, os economistas, mas também os políticos parecem não se dar conta dos efeitos colaterais que a velocidade máxima pode produzir nas relações sociais. De certo modo, continua intacto o mito do século XIX segundo o qual o progresso só traz benefícios e bem-estar, cabendo aos democratas lutar pela sua universalização. E, porque o mito do progresso continua intocado, as forças progressistas não discutem politicamente a tecnologia.

Em Heiner Müller encontrei porém algumas indicações que podem nos ajudar a pensar a questão. Nas entrevistas que deu nos últimos anos de sua vida, este teatrólogo alemão insistia constantemente no impacto da tecnologia sobre a sociedade e em sua lógica implacável. Comentando a tese de Ernest Jünger segundo a qual a estratégia do genocídio dos nazistas teria privado a Wehrmacht dos meios de transporte necessários à vitória, Müller observa:

Ele não entendeu que a doutrina militar dos nazistas repousava sobre o conceito estratégico de aceleração total. O problema não era a Wehrmacht derrotar o Exército Vermelho ou Rommel derrotar Montgomery. Isso era apenas o aspecto superficial, o teatro da guerra. Ao contrário, sua realidade era totalmente econômica e tecnológica. Tratava-se de experimentar a tecnologia, de introduzir a tecnologia no cotidiano, de tecnicizar a vida. Toda tentativa de aceleração total encontra nas minorias seu principal adversário. Pois as minorias sempre representam algo autônomo; elas são um obstáculo à aceleração. As minorias são freios. Daí nasce a necessidade de aniquilá-las, pois elas persistem em sua velocidade própria¹³.

A observação de Müller importa porque aponta o princípio da seleção como um critério novo e interessantíssimo para se pensar a problemática da exclusão e da inclusão no capitalismo global – o que os economistas e políticos estão eufemisticamente chamando de “linha divisória digital” (*digital divide*). Exigida pela aceleração econômica e tecnológica total em curso, a seleção seria um modo de “processar” as categorias sociais e as populações em dois registros. No primeiro, trata-se de neutralizar aquelas que se excluam ou foram excluídas do movimento total, seja porque o recusavam e a ele resistiam, seja porque se mostraram incapazes de acompanhá-lo, tornando-se então “descartáveis”, para usar as palavras do subcomandante Marcos. No segundo, trata-se de favorecer e estimular aquelas categorias e populações que podem conferir a máxima eficácia à ordem econômica e tecnocientífica, segundo os parâmetros da aceleração total. Assim, Auschwitz seria o emblema negativo da seleção, enquanto a nova eugenia que se constitui com a engenharia genética, a sociobiologia e o neodarwinismo seriam o positivo.

13. MÜLLER, Heiner. “Penser est fondamentalement coupable – Entretien avec Frank M. Raddatz”. In: MÜLLER, H. *Fautes d'impression – Textes et entretiens*. L'Arche, Paris, 1991, p. 189. Tradução de J. Jourdeuil e J.-F. Peyret.

Como Zygmunt Bauman¹⁴, Müller não vê Auschwitz como um desvio, uma exceção, um surto de irracionalismo, ou mesmo como uma regressão à barbárie, à maneira de Adorno. Para ele, o campo de concentração significa o altar do capitalismo, o último estágio das Luzes e o modelo de base da sociedade tecnológica. As expressões são evidentemente polêmicas, quase inadmissíveis, soando como provocação; mas convém meditar sobre elas, pois sugerem aspectos extremos até então despercebidos da lógica social dominante. Auschwitz seria o altar do capitalismo porque ali o homem é sacrificado em nome do progresso, porque o critério da máxima racionalidade reduz o homem ao seu valor de matéria-prima; seria o último estágio das Luzes, como a realização plena do cálculo por ela inaugurado; e seria, enfim, o modelo de base da sociedade tecnológica porque o extermínio em escala industrial consagra até mesmo na morte a busca de funcionalidade e eficiência, princípios fundamentais do sistema técnico moderno.

A caracterização de Auschwitz por Müller funde nesse microcosmo exemplar a celebração de um sistema socioeconômico, a consumação de um sistema de pensamento e o *modus operandi* da tecnociência. Nesse sentido, o campo de concentração expressaria toda a potência negativa da civilização ocidental moderna – o extermínio é o ponto de chegada para as vítimas da aceleração tecnológica e econômica total. Ora, o comentário do teatrólogo adquire uma inteligibilidade perturbadora quando relacionado com o livro de Susan George *O relatório Lugano*, onde se constata que a lógica do extermínio está maquinando a estratégia neoliberal em curso. Pois se Müller sabia que a estratégia nazista de aceleração total obedecia ao princípio da seleção, isto é, do direito do mais forte, George sabe que a estratégia neoliberal repousa sobre esse mesmo princípio, ao colocar a mesma questão totalitária: quem tem o direito de sobreviver, quem está condenado a desaparecer.

14. BAUMAN, Zygmunt.
Modernity and the Holocaust.
Polity Press, Oxford, 1996.

Susan George percebeu o caráter genocida implícito na estratégia global do neoliberalismo quando, constatando que o sistema atual é uma máquina universal de destruição do ambiente e de produção de perdedores, procurou colocar-se na posição daqueles que mais lucram com ele e descobriu que eles estavam inquietos.

Alan Greenspan se inquietava com a exuberância irracional do mercado, George Soros se inquietava com os excessos do capitalismo, o principal economista do Banco Mundial se inquietava com o impacto e a severidade dos programas de ajuste estrutural nos países pobres, o diretor responsável pela economia mundial do Banco Morgan Stanley se inquietava com “o impiedoso confronto pelo poder entre o capital e o trabalho” que se anunciava, e muitas pessoas se inquietavam com a polarização social e o desmoronamento do ambiente. Entretanto, ninguém parecia fazer a ligação entre todos os aspectos dessa situação, pelo menos em público¹⁵.

Se fosse tão rica e poderosa quanto eles, pensou então George, daria tudo para obter uma perspectiva do processo global traçada sem complacência, já que, por uma questão de sobrevivência, os senhores da Terra precisam de um diagnóstico do sistema e de recomendações para assegurar o controle de sua evolução futura.

É muito provável que esse tipo de diagnóstico exista mas, evidentemente, jamais venha a público. George decidiu então escrever o que precisaria saber se fizesse parte do seletíssimo clube que decide a estratégia de sobrevivência da “classe express”; e para poder escrever concebeu um recurso literário extremamente instigante: imaginou que alguns incógnitos membros da elite global encomendaram a um grupo de trabalho formado por especialistas de todas as ciências hu-

15. GEORGE, Susan. *Le rapport Lugano*. Paris, Fayard, 2000, p. 344-345. Traduzido do inglês por William Olivier Desmond. (Edição brasileira: *O relatório Lugano*. São Paulo, Boitempo, 2001.)

manas um estudo sigiloso destinado a “definir os dados estratégicos que permitirão manter, desenvolver e reforçar o domínio da economia capitalista liberal de mercado e os processos que o termo ‘globalização’ resume de modo eficiente”.

O relatório Lugano, que tem por título oficial *Assegurar a perenidade do capitalismo no século XXI*¹⁶, é a análise fria dos dados sobre a situação do mundo contemporâneo confrontados com as premissas econômicas, políticas, comerciais, financeiras, ambientais e demográficas do pensamento neoliberal, levado às últimas conseqüências. A primeira parte do *Relatório* é dedicada às ameaças que pesam sobre o sistema, ao papel das instituições internacionais de controle e ao impacto gerado pela atual relação explosiva entre consumo, tecnologia e população. Eis algumas das conclusões do grupo de Lugano:

- os governantes tentam convencer os governados de que a ordem econômica neoliberal pode incluir todo mundo em toda parte, por mais numerosos que sejam no presente e no futuro. Mas não há a menor possibilidade de integrar uma população mundial entre 6 bilhões e 8 bilhões de pessoas;
- antes da globalização os processos econômicos eram sobretudo nacionais e operavam por adição. Hoje, precisamente porque se tornaram internacionalizados, operam por subtração; é o chamado *downsizing* – quanto mais elementos humanos custosos (mão-de-obra) são eliminados, mais os lucros aumentam;
- a cultura capitalista se caracteriza pela concorrência e pela “destruição criadora”. Mas os países onde a economia mercantil deu forma a uma cultura capitalista dominante durante séculos constituem hoje apenas 10% da humanidade. Tal porcentagem é de muito mau augúrio para o futuro do sistema;

16. Na edição brasileira o subtítulo foi traduzido da seguinte forma: “Sobre a manutenção do capitalismo no século XXI”.

- as condições mínimas para que o capitalismo global perdure e triunfe não podem ser satisfeitas nas atuais condições demográficas. Não se pode ao mesmo tempo apoiar o capitalismo e continuar tolerando a presença de bilhões de humanos supérfluos;
- uma população total do planeta mais reduzida é o único meio de garantir a felicidade e o bem-estar da maioria das pessoas. Tal opção pode parecer dura, mas é ditada pela razão e pela compaixão. Se desejamos preservar o sistema liberal, não há alternativa¹⁷.

Uma vez colocada a questão da redução de população, o relatório passa a discutir as estratégias para “resolver” o problema dos excluídos por meio do que Müller chama de “limpeza social”. De saída os sistemas genocidas como o Holocausto são considerados estratégias ruins por várias razões: apóiam-se em enorme burocracia, são caros demais e ineficientes, conferem demasiado poder e responsabilidade ao Estado, não passam despercebidos, atraem a ruína e o opróbrio a seus autores. Diz o relatório:

O modelo de Auschwitz é o contrário do que precisamos para atingir o objetivo. [...] A seleção das “vítimas” não deve ser responsabilidade de ninguém, senão das próprias “vítimas”. Elas selecionarão a si mesmas a partir de critérios de incompetência, de inaptidão, de pobreza, de ignorância, de preguiça, de criminalidade e assim por diante; numa palavra, elas encontrar-se-ão no grupo dos perdedores¹⁸.

É preciso, portanto, reduzir o número de *descartáveis* e, para tanto, o relatório propõe uma atualização concertada dos flagelos configurados pelos quatro cavaleiros do Apocalipse: a Conquista, a Guerra, a

17. *Idem*, p. 91 e ss.

18. *Ibidem*, p. 123.

Fome e a Peste. Vistos nesta perspectiva, os conflitos regionais, as crises, as epidemias e os desmanches que assolam as economias e sociedades do Terceiro Mundo adquirem uma inteligibilidade espantosa, até então irreconhecível. Mas a produção de destruição não tem apenas inspiração bíblica: há também estratégias que nem são João de Patmos nem Thomas Malthus poderiam conceber, porque são preventivas e dependem da política e da tecnologia do século xx – aqui têm lugar os inibidores de reprodução, como as esterilizações em massa, a contracepção forçada etc.

Optando pela estratégia da aceleração tecnológica e econômica total, pela colonização do virtual e pela capitalização da informação genética e digital, a sociedade ocidental contemporânea se volta para o futuro e parece condenar todas as outras sociedades à integração ao seu paradigma ou ao desaparecimento – como se não houvesse a possibilidade de uma convivência entre ela e outras formações sociais e culturais. Ora, se o ponto de vista de Müller e George for verdadeiro, a questão do binômio inclusão-exclusão torna-se central e a questão da resistência ao modelo dominante passa pela luta em prol da manutenção da diversidade de culturas e de sociedades, mas também em prol da diversidade de temporalidades e de ritmos, que não se aniquilam diante do imperativo da aceleração total. Em outras palavras, luta pela possibilidade de outros devires, diferentes daquele concebido pela tecnociência e pelo capital global. Vale dizer: luta pela existência e pela continuidade da existência.

A magnitude do problema: como conceber o desenvolvimento tecnológico numa sociedade pós-catastrófica? – Não tenhamos ilusões: como um todo a sociedade brasileira não tem fôlego para acompanhar o ritmo da estratégia da aceleração total. Não temos pesquisa e

desenvolvimento em ciência e tecnologia, nossa contribuição em matéria de inovações patenteáveis é ridícula, os recursos genéticos de que dispomos por sermos o país número 1 em megadiversidade estão sendo saqueados com o estímulo do governo federal, não temos sequer educação suficiente para pretender participar plenamente de um capitalismo que é baseado no conhecimento. É claro que temos o Projeto Genoma financiado pela Fapesp [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo], que nos dá a chance de sair na capa da *Nature* e da *Science* uma vez na vida e outra na morte, alimentando a ilusão de que fazemos parte do Primeiro Mundo. É claro que temos micros, celulares, internet – mas temos que reconhecer que somos internautas de segunda classe: além do acesso aos computadores e à rede ser um privilégio para poucos, nossas condições tecnológicas são precárias. Em resumo: por mais que nos esforcemos, em termos de país o fosso aumenta inexoravelmente entre nós e o Norte, ameaçando expulsar aqueles poucos que, embora precariamente, ainda se encontram entre os incluídos.

Ora, nesse contexto é preciso admitir: o problema não é que vai se criar uma linha divisória digital, como parece pensar o presidente do Banco Central, Armínio Fraga¹⁹. Muito ao contrário, é porque ela já foi criada e continua se fortalecendo permanentemente que o futuro do Brasil está comprometido.

Vejam o tamanho da encrenca. O antropólogo Darcy Ribeiro mostra em um de seus últimos livros que o povo brasileiro se formou a partir da deculturação e desterritorialização de suas três matrizes étnicas: do índio arrancado à sua comunidade tradicional e à sua própria terra, do negro africano arrancado à sua tribo e exportado para o Novo Mundo como escravo, e do camponês europeu arrancado à sua gleba e transformado em aventureiro. Moendo e fundindo as matrizes originais em uma entidade étnica nova, a colonização criou um povo desenraizado, sem cultu-

19. Presidente do Banco Central de março de 1999 a dezembro de 2002.

ra própria, sem laços com a terra, sem tradições. Um povo novo, com uma característica muito peculiar, como escreve Darcy Ribeiro:

Mais que uma simples etnia, [...] o Brasil é uma etnia nacional, um povo-nação, assentado num território próprio e enquadrado dentro de um mesmo Estado para nele viver seu destino. Ao contrário da Espanha, na Europa, ou da Guatemala, na América, por exemplo, que são sociedades multiétnicas regidas por Estados unitários e, por isso mesmo, dilaceradas por conflitos interétnicos, os brasileiros se integram em uma única etnia nacional, constituindo assim um só povo incorporado em uma nação unificada, num Estado uniétnico. A única exceção são as múltiplas microetnias tribais, tão imponderáveis que sua existência não afeta o destino nacional²⁰.

Mas esse “povo-nação”, vale dizer, povo eminentemente moderno, é “povo que não existe para si”, observa o antropólogo, porque nunca passou de uma aviltada força de trabalho a serviço de interesses externos e de uma elite que atua apenas como representante local desses mesmos interesses. Implícito então na análise de Darcy Ribeiro encontra-se o pressuposto de que para realizar-se, para existir para si, esse povo precisaria deixar de ser povo para os outros, ou seja, ter reconhecida e valorizada a sua identidade com a nação e com o Estado brasileiros. O que, evidentemente, significa que a vocação desse povo consistiria em construir o país como seu.

Ora, não por acaso, a construção de um Brasil moderno é uma verdadeira obsessão que atravessa a sociedade inteira, está em todas as mentes e encontra a adesão de todos os setores e classes sociais. Pode-se discordar da maneira como tal construção deve ser feita, mas sua neces-

20. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 22.

sidade parece inquestionável. Entretanto cabe perguntar: seria ainda possível construir uma nação? O Brasil continua se vendo como país do futuro e talvez esta seja a razão por que os brasileiros não têm olhos para perceber a ruína moderna que está se construindo. Foi preciso que um sociólogo alemão (Robert Kurz, em seu livro *O colapso da modernização*²¹) nos mostrasse que o esforço desenvolvimentista do Terceiro Mundo não pode mais trazer a prometida modernização da sociedade para que, com ela, descobríssemos que o projeto de futuro já ficou para trás e que vivemos numa “sociedade pós-catástrofe”, em que predomina a dinâmica do desmoronamento. Atentos então aos sinais da catástrofe – aumento do desemprego, da violência e da miséria; desindustrialização e endividamento; desmontagem das instituições e serviços públicos; recuo da presença do Estado nas diferentes regiões; degradação ambiental; devastação na Amazônia e invasão de terras indígenas; desestruturação urbana; papel crescente do tráfico de drogas e do crime organizado na vida das cidades –, atentos principalmente à conversão de parcelas cada vez maiores da população em não-pessoas sociais, isto é, “sujeitos monetários sem dinheiro”, para usar a formulação de Kurz, os brasileiros mais lúcidos, como Roberto Schwarz, passam a indagar:

Se for verdade que a modernização entrou por um rumo que não está ao alcance de nosso bolso, além de não criar o emprego e a cidadania prometidos, como ficamos? *O que vamos pensar dela?* O mito da convergência providencial entre progresso e sociedade brasileira em formação já não convence. E se o aspecto da modernização que nos coube, assim como a outros, for o desmanche ora em curso, fora e dentro de nós? E quem seríamos nós neste processo?²²

21. Kurz, Robert. *O colapso da modernização*. Petrópolis, Paz e Terra, 1993, 3ª ed.,

tradução de Karen E. Barbosa.

22. Schwarz, Roberto. “Ainda sobre o livro de Kurz”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 37, novembro de 1993, p. 137. Grifo do autor.

As perguntas cruciais e angustiantes de Roberto Schwarz – O que pensar da modernização que já era? E quem seríamos nós no processo de desmanche? – indicam a situação inédita e incômoda em que nos encontramos; agora salta aos olhos o quanto é deslocada a aspiração à modernidade para todos; e já não servem os parâmetros a que estávamos acostumados quando acreditávamos no desenvolvimento, na modernização, na construção do país, no futuro. Como se o processo histórico que estávamos vivendo tivesse mudado de sentido e, com ele, a nossa própria idéia de nós mesmos e de nosso papel. Como se a revogação do mito da convergência entre progresso e sociedade brasileira tivesse aberto uma perspectiva vertiginosa da qual, por enquanto, só somos capazes de captar os aspectos negativos e os cacos do que foi quebrado.

Robert Kurz considera que o colapso da modernização explicitou-se primeiro nas sociedades do Terceiro Mundo, mas não se restringe a elas. Segundo ele, a própria derrocada do socialismo no Leste e os problemas enfrentados pelos países do Primeiro Mundo são parte de um mesmo processo que ele denomina “crise da sociedade de trabalho”. Não cabe aqui discutir as teses de Kurz, mas convém lembrar que, em seu entender, a causa da crise é a mesma em todas as partes: pela primeira vez na história o sistema capitalista, agora globalizado, passa a excluir em vez de incluir parcelas cada vez maiores da força de trabalho. Isso porque a concorrência no mercado mundial e o casamento da tecnociência com o capital globalizado impõem um padrão de produtividade tão alto que a própria lógica do sistema acaba tornando-o destrutivo e talvez até mesmo autodestrutivo. Ora, não deixa de ser irônico e paradoxal pensar que justamente quando o capitalismo parece triunfar no mundo inteiro ele precisa entrar em guerra com todas as sociedades e todas as culturas porque a estratégia da aceleração total funde, num só e único movimento, uma racionalidade tecnocientífica que recusa qualquer limitação ao

seu desenvolvimento e uma racionalidade econômica que rejeita até mesmo a idéia de qualquer limite para o capital.

Considerações finais – Como se vê, em vez de discutir as perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo, pus em discussão o campo de conflitos no qual estamos metidos desde que a virada cibernética deu novo fôlego ao capital e fragilizou sobremaneira os trabalhadores, os pobres e os excluídos de todo o mundo. Isso porém não significa que a luta terminou, mas sim que ela mudou de patamar. Seattle, Quebec e Porto Alegre nos ensinam que os poderosos têm cada vez mais dificuldade de se reunir em qualquer lugar do planeta, que não podem sair de seus paraísos virtuais...

A luta não terminou. Para além das ideologias, para além até mesmo das questões de classe, agora o conflito concerne à própria vida, isto é, à sua defesa ou à sua apropriação. Estão aí o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] e Chiapas para nos lembrar cotidianamente disso. Ora, se a luta é pela vida, tem que ser incorporada a questão da tecnociência e das novas tecnologias. Várias vezes já me disseram que, enquanto sociólogo da tecnologia, eu me ocupo de questões que não são relevantes para a maioria do povo brasileiro porque esta não tem acesso ao caderno escolar, quanto mais ao computador. Mas defendo a idéia de que é preciso sim discutir politicamente a tecnologia e conhecer as opções tecnológicas possíveis para evitar que elas nos sejam apresentadas como inexoráveis e enfiadas por nossa goela abaixo. Dentro da esquerda, precisamos deixar de lado a ingenuidade quanto ao papel progressista da tecnociência no capitalismo contemporâneo.



Comentários

Maria Rita Kehl

A inclusão da inclusão – Boa tarde. Quero em primeiro lugar agradecer ao professor Antonio Candido, que foi portador do convite para eu participar deste seminário. Sinto-me muito honrada de ter sido convidada, sobretudo por ele, embora me sinta nessa discussão na mesma posição que provavelmente 90% da platéia. Ou seja: não me sinto em condições de discutir com Laymert Garcia dos Santos sobre um assunto que acabo de aprender com ele aqui. Li o texto ontem e hoje pude ouvi-lo novamente, mas não me surgia comentário algum porque seu conteúdo, além de novo para mim, é muito alarmante.

Minhas questões foram suscitadas pelo próprio texto. O primeiro pensamento que me veio, já que Laymert começa falando sobre socialismo e revolução, é: o que é revolucionário hoje? No fim de sua exposição, Laymert afirma que o capitalismo caminha para uma “racionalidade econômica que rejeita até mesmo a idéia de qualquer limite para o capital”. Fiquei pensando se nossa primeira tarefa não seria pensar limites para o capital, uma vez que é impossível colocarmo-nos simplesmente contra a globalização, que já é um fato consumado. Não podemos pensar como os artesãos que, diante da Revolução Industrial, destruíam as máquinas

achando que era possível deter a industrialização. Este tipo de atitude nos colocaria fora da história.

O que nos cabe decidir, como brasileiros, socialistas etc., é qual vai ser nosso lugar na globalização. Para isso, talvez ainda seja necessário que nos livremos de duas dívidas que se revelam na exposição de Laymert, e que talvez não nos possibilitem pensar em um lugar próprio, que caiba ao Brasil no panorama internacional. Este lugar não pode ser construído como pura reação ao que está aí nem a reboque dos países ricos. Nós brasileiros, e eu não estou falando do PT, mas da esquerda e da direita indiferentemente, temos uma dívida permanente em relação ao ideal de ingressar no Primeiro Mundo. Esta é uma fantasia totalmente infantil. Sabemos que o Primeiro Mundo só se mantém à custa da existência do Terceiro Mundo, e não é dado aos que sustentam globalmente os privilégios dos mais ricos ocupar um lugar junto a eles. Temos que nos dispensar dessa dívida. Não vamos ser parte do Primeiro Mundo, nosso lugar é outro nesse trem, então temos que pensar sobre que lugar diferenciado podemos ocupar que seja capaz, inclusive, de romper com a lógica do Primeiro e do Terceiro Mundos.

Outra dívida nossa, esta particularmente da esquerda, está ligada ao projeto de revolução, em nome do qual nos parece que tudo o que estamos fazendo, por enquanto, está claudicando porque *ainda* não é a revolução. Não quero dizer que este tenha de deixar de ser o nosso norte, mas deve deixar de ser uma dívida porque isso desqualifica as nossas ações efetivas e os objetivos de justiça social e democracia a que nos propomos no momento. Laymert citou as experiências de Porto Alegre, Chiapas etc., que não buscam se colocar fora ou contra a globalização. No Fórum Social Mundial de Porto Alegre o que me impressionou muito foi perceber a imensa quantidade de iniciativas pontuais que dão lugar ao diferente, ao excluído, ao que funciona com outra lógica. Como é que não se

constitui uma rede de interlocução entre essas iniciativas? Até mesmo entre o PT e o MST não há exatamente uma rede que nos coloque de acordo em todos os pontos, mas deveria haver, no mínimo, uma mesma lógica definida claramente, orientando a ação de um e outro. Do contrário, é como se a esquerda não pudesse criar uma resposta à lógica do capital – pelo menos é isso que me faz pensar a exposição de Laymert. Não se trata de uma resposta reativa, isto é, que acabe funcionando como o pólo oposto mantendo a mesma lógica. Trata-se de construir uma outra lógica e de admitir que essa lógica pede uma outra temporalidade, não pode ser construída na perspectiva dessa aceleração do capital global mencionada por Laymert. Na perspectiva dessa aceleração, só conseguimos correr atrás do prejuízo e nunca chegamos depressa o suficiente.

Depois destas primeiras idéias, comecei a pensar sobre o que Laymert chama de cultura da informação e na afirmação de Bateson sobre a informação como a diferença que faz a diferença. Como essa idéia só foi citada, talvez ainda precise de alguma explicação, mas tenho a impressão de que a informação não é a diferença que faz a diferença. Isto só vale para a lógica do capital segundo a qual diferença é o que agrega valor e ponto. Penso que a informação, no sentido dos *bites* de informação, nessa lógica do: $1 + 1 + 1 + 1$, *ad infinitum*, não produz diferença mas indiferenciação. Ou seja, na lógica do acréscimo de informação é sempre possível acrescentar mais uma informação na cadeia sem que seja necessário reformulá-la toda.

Informação e pensamento – Gostaria de articular aqui duas diferenças. A primeira é entre o acúmulo de informação e a produção de pensamento. Talvez não possamos correr atrás do acúmulo de informação tal como ele se dá para aqueles que detêm a propriedade da informação. Mas

a produção de pensamento exige um movimento a mais, digamos, um movimento que é articulador e, do ponto de vista da psicanálise – já que eu estou aqui como psicanalista –, esta articulação promovida pelo pensamento tem um duplo compromisso: um com o desejo, outro com a realidade. Não vou repetir Freud aqui, mas a função do pensamento, no âmbito social, é essa: partir de alguma coisa que é inconsciente, algo ainda informulado, uma inquietação, uma demanda, uma insatisfação latente na sociedade, para articular essa insatisfação com o real de modo que nessa ponte se produza a efetivação de algum ato transformador.

A própria iniciativa deste seminário tem a ver com a passagem da informação para o pensamento e a constituição do que chamaríamos, muito modestamente, de um saber. Um saber no sentido daquilo que produz diferença, rompe com a lógica paralisante da acumulação de capital e aponta para possibilidades de ação criativa.

Nesse sentido, também acho importante contestar o valor da formação das massas pela via da televisão. Não vejo a televisão com o grande potencial educativo que muitos pensam que ela tem. Seu grande potencial é informativo. Nossas crianças adquirem muita informação por meio da televisão, mas, se depender só da televisão, elas não saberão pensar a partir da informação que obtêm. O pensamento precisa de um outro tipo de discurso, de articulação.

A sociedade da informação produz um acúmulo de *bites* indiferenciados de conhecimento e, ao mesmo tempo, produz enormes vazios de discurso. E é por essa quantidade de vazios de discurso, ou seja, de informações não articuladas que possam produzir pelo menos o efeito de um saber, que somos presas fáceis do fascínio dessa lógica do capital, porque não temos o que contrapor a ela.

A esquerda já teve um discurso forte que poderia ser uma contraposição à lógica do capital. Evidentemente, esse discurso tem que ser repensado

a cada movimento do capital. Ele não está pronto, não são os primeiros pensadores socialistas que vão resolver os problemas de hoje.

Essa produção de discursos é importante porque, de outro modo, a lógica do mercado ocupará esses vazios.

Recentemente, em outro contexto de discussão, pensei em um exemplo de como a lógica do mercado funciona preenchendo os vazios de discurso e de sentido. Era um debate sobre a emergência dos grupos *funk* na mídia, grupos que alcançaram sucesso na indústria cultural justamente depois que o *funk* aderiu à pornografia. Vocês devem saber que o *funk* é um movimento musical e artístico de grande expressividade nos morros cariocas e que tinha um conteúdo, digamos assim, de rebeldia, às vezes até de uma agressividade um pouco gratuita, mas bastante expressiva da realidade da favela carioca. Enquanto ele tinha esse conteúdo de rebeldia, não tinha lugar na mídia.

Quando dois ou três *funkeiros* perceberam que para vender o seu produto eles tinham que colocar nas letras das músicas termos como “popozuda”, “cachorra” etc., o *funk* foi incorporado à lógica do mercado. Se a pornografia vende, agrega valor, então é positiva.

Isso me fez pensar que a liberação sexual que a juventude tem vivido progressivamente, desde os anos 1960, não tem mais sido acompanhada de uma produção de pensamento, de novos sentidos, sobre o sexo e o erotismo. Assim sendo, o que vem a criar sentido sobre este fenômeno social vazio de discurso são os interesse do capital. Hoje é interessante para o capital que os efeitos dessa liberação sexual atinjam crianças de 10, 11, 12 anos. Segundo a lógica do capital, o aliciamento das crianças pela pornografia representa apenas uma expansão do mercado! Não sou representante de um pensamento normativo, que pressupõe uma idade certa para as crianças terem contatos com idéias e imagens sexuais. Mas é importante que isso esteja de certa forma contido no modo como

a sociedade pensa a si mesma e aos seus movimentos. Uma vez que não há pensamento, não há discurso para ocupar esse lugar, esse potencial, essa força liberada da repressão – e talvez seja bom que seja liberada – é capturada pela lógica de mercado. Então se produz o quê? Um comportamento perverso. Produz-se a perversão porque a lógica de mercado é perversa! Ela é a lógica da realização imediata de todos os desejos na forma de mercadoria.

Assim, onde há vazios de discurso funcionando sob a lógica de mercado – estou fazendo uma equação um pouco simplista –, o laço social se perverte. Cabe a nós, de alguma forma, produzir o discurso, produzir saber, e é isso que está sendo feito aqui.

No fim da sua exposição Laymert afirma que, de acordo com o livro de Susan George, 10% da humanidade está incluída na cultura produzida pelos países de ponta do capitalismo. Só que dessa minoria se faz uma maioria em um sistema cujo funcionamento nos engole. Há algo que não está sendo respondido nem pela nossa prática nem pelo nosso pensamento.

Fico pensando no que o PT vem fazendo, aparentemente de uma maneira tão pontual e tão modesta, pela inclusão social dos marginalizados. Por exemplo, nas cidades que são governadas pelo PT, a administração tem promovido essa inclusão não de acordo com a lógica neoliberal, mas, ao contrário, por meio de uma espécie de retomada da responsabilidade pública, do poder público, pelas suas populações. A inclusão se dá a partir da revalorização da esfera pública, do investimento público em escolas, hospitais etc.

Saiu ontem no jornal *O Estado de S. Paulo* uma reportagem que citava um prefeito petista e suas iniciativas em Pernambuco²³. São iniciativas que o neoliberalismo abandona e, por isso, se dependesse dos rumos do mercado, só 10% se beneficiariam e 90% ficariam de fora. Ou seja, o PT de alguma forma já tem experiência e praticamente uma tradi-

23. GARBIN, Luciana. "Abrinq mostra a prefeito como valorizar criança". São Paulo, *O Estado de S. Paulo*, 3 jan. 2001.

ção nesse tipo de trabalho, mas não tem um discurso amplo, poderoso, que promova a inclusão *discursiva* dessas iniciativas, para além da inclusão social e econômica. Trata-se de pensar a política regida por uma outra lógica, que escape à lógica desse capital devorador.

Não se trata de promover apenas a inclusão, mas também um *discurso sobre a inclusão*, ou seja, *promover a inclusão da inclusão na articulação discursiva dessa informação nova que temos*. Mas se nos prendermos a essa velha dívida para com a grande revolução, para com um modelo talvez anacrônico de revolução, não conseguiremos incluir a inclusão que promovemos na nossa produção de conhecimento, na nossa produção de discurso. Há uma espécie de desamparo não só da esquerda, mas dos próprios excluídos, que não contam com uma fala, com uma enunciação de projeto que os contemple. Esse projeto está sendo gestado, isso é o mais interessante.

Então, acredito que o que estamos fazendo aqui é tentar produzir coletivamente um discurso e um pensamento à altura da revolução que o PT está praticando no país.

Comentários

Walter Pinheiro

Privatização e exclusão – Gostaria de tocar inicialmente numa das questões que me preocupam muito. Acho que a abordagem em relação ao nosso papel nesse cenário, sobre as questões tecnológicas, suas alterações e suas transformações, está sendo feita de maneira muito atravessada. Como nós, do Partido dos Trabalhadores, temos enfrentado esse cenário da questão da era da informação? Algo que tem nos chamado muito a atenção é a velocidade com que as coisas se processam e nossa incapacidade de resposta nesse novo cenário. Há até quem já afirme que temos hoje uma nova divisão de classes na sociedade, a classe dos que acessam a internet e a dos que não podem pagar para acessá-la.

Nesse cenário entra o aspecto da informação. Trago um exemplo. Tenho aqui uma revista publicada em 1993, parecida com a *Veja*, que todos conhecem, mas que se chama *Leia*²⁴. Essa revista foi feita na época da discussão, no Brasil, sobre o fim dos monopólios, do debate sobre a questão da informação, das privatizações. Fizemos essa revista igual à *Veja*, com direito a páginas amarelas, entrevistas, depoimentos. Na época, nossa expectativa era de que a *Veja* fizesse pelo menos um

24. Revista publicada pela Federação Interestadual dos Trabalhadores em empresas de Telecomunicações (FITE).

comentário sobre a revista, que procurava mostrar o cerco nos meios de comunicação sobre esse debate. Ganhamos da *Veja* só um processo, mas nenhuma linha de comentário.

Estava relendo trechos da entrevista que foi publicada nessa revista com Herbert Schiller, professor da Universidade da Califórnia, na qual ele trata desta questão e diz: “A privatização da informação conduz a uma sociedade autoritária e exclui do processo largas parcelas da população”²⁵. O campo decisivo de batalha levantado por Herbert Schiller nessa entrevista é exatamente o que foi debatido aqui, isto é, informação e comunicação. São os elementos centrais. E vejo que isso não é algo tão novo.

Na revista, discutimos essa mudança de rumo e avistamos, naquela época, que o processo de transformação sociotécnica afetaria sobremaneira o modo de viver na nossa sociedade.

A natureza e a compreensão dessa transformação foram trabalhadas na sociedade sob vários aspectos. O primeiro era o de que a transformação deveria ser trabalhada de modo que as pessoas acreditassem que o “desenvolvimento” era benéfico. Um outro aspecto era o das vantagens advindas de um novo modelo em que corporações privadas, agora operando, introduziriam competitividade e também uma maior capilaridade. E o terceiro aspecto era o que consagrava o princípio de que não havia outra alternativa, afirmando a essa sociedade que a tentativa de construir novos caminhos nos levaria a remar contra a maré das transformações técnico-científicas.

É óbvio que essas transformações apresentam problemas cruciais. Essa busca frenética, permanente, da eficiência nesse cenário tinha a vertente da lucratividade, que gera controle, concentração, inflexibilidade, indiferença às questões sociais, que são elementos centrados nesse projeto de uso da tecnologia da informação. Para isso, era preciso mexer em estruturas.

25. SCHILLER, Herbert. “Ameaça à democracia”. *Leia*, Fundação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações, out. 1993, p. 3.

Mesmo os Estados nacionais, com suas contradições e seus problemas, são resistências, significam pontos contrários a essa iniciativa. Era necessário mexer com esses Estados, pois agregados a isso estão pontos centrais de transformações políticas: reformulação do papel do Estado, diminuição de seu tamanho, de sua influência na economia, de sua capacidade de regular e de afrouxar e permitir concretamente a participação desses setores.

Mais uma vez a pergunta: é revolucionário? – Nesse aspecto, cabe uma pergunta feita inicialmente por Maria Rita Kehl: “Será que é revolucionário?”. Não deixa de ser transformador; revolucionário talvez signifique o modo de enfrentar esse momento e detectar quais são os paradigmas centrais que adotaremos para superar aquela primeira questão que levantei aqui sobre essa nova sociedade.

Portanto, o clima de convergência ou agregação, como alguns preferem chamar, está centrado nesse episódio do controle, da eficiência e da lucratividade. É necessário que isso seja ajustado. E para esse ajuste ser completo é preciso mexer no controle, ou seja, nos meios. Todos sabemos que há uma transformação do ponto de vista tecnológico, que trabalha com elementos centrais do transporte e do deslocamento da informação. Este é, hoje, um raciocínio muito simples para nós. Não há mais necessidade de deslocamento físico, portanto é viável, por exemplo, ajustar os horários das diversas Bolsas de Valores com o fluxo da informação, fechando o ciclo necessário a essa concentração, a esse controle e, obviamente, ao embate da busca permanente por esse tipo de eficiência.

Recentemente, fiquei perplexo quando recebi um telefonema de um representante da Rede Globo que solicitava ajuda para enfrentar um conglomerado da área de comunicação em uma disputa por espaço no Brasil. Cheguei a escrever um texto no qual, de maneira irônica, usava



o título: “A Globo contra a globalização”. E lembrei de 1993, quando tentamos furar o cerco da mídia e não conseguimos. Ora, se naquela época furar o cerco da mídia impressa era impossível, imaginem da tv! Era impossível debater o controle dos meios, o transporte da informação, os aspectos culturais e de conteúdo e, principalmente, como nossa sociedade seria duramente penalizada e excluída. Fui acionado pelo representante da Globo, segundo ele, por ser uma das pessoas que teriam mais sensibilidade naquele momento para entender a crise, o enfrentamento e a possibilidade de perdermos um “patrimônio nacional” como a Rede Globo.

Tratava-se da briga da emissora com um grupo americano, o Directv, em relação à programação de tv em nosso país. É inegável que a Globo tem uma penetração enorme. E é inegável também que esta emissora de certa forma divulgou parte importante da história da cultura de nosso país; a Globo fez a divulgação dos nossos grandes romancistas por meio de suas séries, por exemplo. Porém foi obrigada a reconhecer que o embate ganhava um novo contorno.

O representante da Globo recorreu a mim dizendo que nós poderíamos tocar nesse assunto. Há algum tempo tínhamos afirmado e alertado sobre o peso dos grandes grupos resultantes da junção entre os que controlam os meios e os que produzem, e que eles fatalmente destruiriam outros grupos, inclusive no Brasil, e que nem estruturas como a da Rede Globo poderiam resistir. Pior é que eles não acreditavam.

Quando dávamos esse aviso em 1994-1995, quando fiz isso de forma desesperada no Congresso Nacional, diziam que éramos arautos do atraso, defensores intransigentes da manutenção de um sistema que não tinha viabilidade, e estúpidos porque não percebíamos a velocidade com que as coisas aconteciam e que, portanto, a única possibilidade de o Brasil entrar na dita globalização e passar a fazer parte desse Primeiro Mundo

era experimentando transformações profundas exatamente no controle dos meios por onde pacotes de informações trafegam.

Não havia aí nenhuma separação entre os interesses, e eles estavam colocados sob três aspectos. Primeiro: nenhuma grande transformação, em nenhuma nação, desconsiderou o processo operacional, ou seja, a atividade econômica em si. Segundo: o processo industrial não pode ser esquecido, uma vez que está intimamente ligado e era preciso estabelecer parâmetros que nos levassem, enquanto nação, a extrair benefícios e permitir à sociedade desfrutar desses resultados, sem nos transformar em meros maquiadores. O terceiro aspecto é o tecnológico, que tem uma associação com nossa capacidade de pesquisa.

Abdicamos do controle – Quem montou essa investida sabia que era necessário destruir esse tripé – operação, indústria e tecnologia – com o intuito de buscar abrir espaço. Não há nação no mundo que dispute a ponta desse novo cenário que não se desloque levando consigo esse tripé. A indústria não se desloca sem o seu laboratório e nenhum centro de pesquisa se desloca sem ter o interesse da sua grande operadora.

Nesse cenário, além de abdicarmos de todo o controle, permitimos completamente a destruição de qualquer base que pudesse conviver e disputar essa nova era. O Brasil também teve sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento aniquilada. Um grande centro de pesquisa, de ponta, que tínhamos, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPQD) de Campinas, foi esvaziado e transformado numa fundação privada. Portanto, fomos perdendo a possibilidade de disputar um espaço na dita globalização.

É esta a questão que quero apresentar, inclusive com a frase dita no início do debate sobre os que acessam a internet e os que não podem pagar para ter acesso. É uma situação verdadeira? É. Hoje é possível

afirmar, por exemplo, que a cada 24 horas 3,3 milhões de novas páginas são criadas na internet. Admitir que isso não é um aumento considerável de capilaridade seria estupidez. Não dá para negar, por exemplo, que 123 mil novos usuários passam a navegar na rede a cada 24 horas. Isso é revolucionário? Eu diria que é diferente do processo revolucionário, isso é acelerado.

Não sei se, necessariamente, há uma dinâmica, porque parto do princípio de que dinâmica é algo que tem objetivos. Poderíamos também levantar que esse nível de desenvolvimento científico-tecnológico, ou seja, o acesso a esse conhecimento, tem se ampliado cada vez mais e criado restrições a parcelas consideráveis da nossa população. Aqui se concentra o primeiro ponto exposto por Laymert: a universalização. É possível aproveitar toda essa forma aberta e espontânea da internet, que, aliás, já não é mais tão aberta. O que eu crio vira produto e o que vira produto tem marca, e para acessar essa marca eu preciso pagar. Acabou a tese do livre acesso na rede com essa capilaridade.

O aspecto da universalização poderia ser a fase intermediária entre o que seria efetivamente revolucionário em relação à rede e à acomodação a esse modelo de transformação social. O que é universalização? O conceito hoje é que universalizar é permitir que parte da população acesse os serviços de voz. Poderia até brincar um pouco e dizer que se tornou revolucionário instalar telefones públicos em aldeias, mas isso parece coisa dos portugueses na época do descobrimento comprando índios com caixas de fósforo, espelhos ou algo do gênero. Será que os que vivem em aldeias não merecem ter acesso ao que existe de mais revolucionário?

Universalizar uma ferramenta tecnológica não é apenas permitir que o cidadão tenha direito a uma comunicação mínima. E os outros elementos do processo de universalização? A sociedade brasileira tem acesso a eles? Na realidade, essa nova sociedade cria nichos de negócio e áreas

de exclusão. É óbvio que, principalmente no que se refere à internet, novas empresas, marcas etc. foram criadas, mas numa velocidade muito próxima elas também estão sendo abortadas. E esse cenário gera um outro cenário, o da alternativa da universalização, e, portanto, com migalhas que vão caindo a partir de ofertas pontuais, vai se trabalhando a lógica de que é possível enfrentar esse momento criando alguns tipos de serviço para atender a uma camada da sociedade.

Há um exemplo que eu uso muito: é comum no domingo à noite assistirmos no *Fantástico* a transformações miraculosas, descobertas das mais avançadas, curas de doenças, novas formas de tratar determinados doentes, uso de equipamentos, telemedicina, novas descobertas no mundo maravilhoso da tecnologia. Isso aparece como uma “realidade” do domingo à noite, mas ela é virtual. Não consegue ser real na segunda-feira de manhã, quando um morador de qualquer pequena cidade deste nosso Brasil sai e não consegue nem fazer um curativo no dedão do pé em um posto de saúde localizado na esquina de sua casa.

Portanto, que nível de universalização é esse em que essas ferramentas são apresentadas, porém não conseguimos de forma alguma ter o mínimo dessas novas tecnologias para todos?

Informação e globalização – Quero apresentar alguns pontos para comentário. O primeiro é o que eu chamaria de fim da história. Na realidade, o sistema transnacional, hoje cada vez mais fortalecido, exerce pressão permanente para a manutenção dos seus interesses. Essa é a lógica do fim de uma história dita e divulgada, cada vez mais trabalhada como informação precisa e segura, que obviamente é a capacidade de manutenção desse interesse. Então, é preciso fazer o contraponto.

A informação é fundamental nesse momento. E a evolução? Nós nos perguntamos se a existência de um modelo é inexorável ou não e se ele se

situa acima da nossa capacidade de intervenção. Então, o questionamento passa a ser que tipo de sociedade queremos. O controle da informação se transformou em um grande problema capaz de nos colocar como meros telespectadores dentro da globalização. Na realidade fomos colocados fora desse cenário de transformação. Essa tecnologia de informação significa um novo salto ou um salto de expansão do capitalismo. Portanto, esse capital está organizado em escala global. Daí poderíamos perguntar: Qual o impacto dessa nova ordem em países como o nosso?

Tenho trabalhado muito com a questão do *software* livre e tenho clamado muito por sua utilização inclusive a partir da experiência nos Estados Unidos, que demonstra que é possível abrir novos caminhos contra a tese do controle, neste caso o controle da propriedade. A ciência não tem dono.

Usar a ordem jurídica para resolver o problema tem sido uma tendência crescente por parte dos Estados Unidos. Neste ponto, quero passar dados para que se possa compreender por que acredito que essa questão tem sido veementemente trabalhada, porque será exatamente o mercado norte-americano que mais se beneficiará dessas novas regras de que eles tanto falam e querem introduzir, e dessa legislação que tentam construir mundialmente.

Em 1998, a cifra das transações que envolviam a internet era de apenas 8 bilhões de dólares. Hoje este montante está na casa dos 80 bilhões de dólares e 78% desse tráfego é feito por empresas norte-americanas. A legislação que o Congresso norte-americano tanto busca para construir o seu arcabouço jurídico e institucional é necessária exatamente para ajustar ou para disciplinar esse acesso à informação eletrônica e, obviamente, para a manutenção dos seus interesses.

Acredito que o PT tem um grande desafio pela frente, o de enfrentar esse momento, travar esse debate essencial para a nossa luta.

Para finalizar, vou citar um trecho de Herbert Schiller que se refere a essa questão:

Uma vez retirada do ambiente social e transformada em produto à venda, a informação necessária deixa de estar disponível. Se for produzida terá que ser comprada. Com a destruição da informação pública as próprias bases da democracia desaparecem²⁶.

26. Idem, *ibidem*, p. 5.

Comentários

Bernardo Kucinski

Informática e liberdade – Hoje sou professor de jornalismo, mas fui jornalista durante pelo menos 25 anos e, nessa prática, aprendi que o jornalismo é intrinsecamente libertador. Ele libera mesmo em condições difíceis, mesmo trabalhando para patrões, para monopólios, para grandes empresas.

Desenvolvi uma concepção anticatastrofista dos fenômenos da comunicação e vejo que a posição dominante, no meio acadêmico e também no nosso meio, pende mais para o catastrofismo. Sinto uma certa dificuldade de dialogar com essa posição.

Acho que para sair do plano metafísico deveríamos pelo menos enxergar duas diferentes revoluções tecnológicas em curso. A primeira é a revolução no campo das comunicações, das tecnologias da comunicação, e a segunda no campo das tecnologias de manipulação molecular, da engenharia genética.

Sobre a revolução no campo da biologia molecular, o homem abriu novas possibilidades de manipulação que permitem a clonagem, a reprodução fora do útero, a identificação genética de doenças, a produção de vacinas de caráter novo, a seleção genética de embriões. São tecnolo-

gias que libertam o homem de certos impedimentos, profundamente modificadoras do caráter das famílias, da sociedade humana, e são assustadoras também, pelo poder que dão ao homem. Neste campo, até aceito uma visão apocalíptica, que se preocupa com o que o homem vai fazer com este poder que desenvolveu.

A sociedade humana não desenvolveu o arcabouço ético adequado para tratar dessas questões, há um atraso ético, tanto que uma das propostas dos cientistas é instituir uma moratória ética das pesquisas biológicas para que a sociedade possa tomar pulso das implicações do que está sendo feito, principalmente no campo da clonagem e da engenharia genética. Mesmo assim, chamo a atenção para esse aspecto libertário dessas tecnologias. Um casal hoje pode escolher se quer filho homem ou mulher; se é estéril pode igualmente ter um filho.

Quanto à outra revolução tecnológica, a da comunicação, a considero, certamente, libertária. Chamo a atenção para alguns aspectos dessa revolução que reforçam essa minha tese.

O primeiro é o barateamento dos processos, dos produtos, dos equipamentos. Hoje com 3.000 ou 4.000 reais uma pessoa produz um jornal sozinha; libertou-se do capital. Ao contrário do que se possa imaginar, esse barateamento nos devolveu a autonomia intelectual e o domínio relativo da produção intelectual. Nesse sentido, a atual revolução tecnológica vai na direção oposta da Revolução Industrial do século XVIII, que criou a máquina, destruindo o artesão e fazendo cada trabalhador depender de um capitalista possuidor dos bens de produção.

Também não é mais possível haver censura à imprensa ou impor limites ou cerceamento à circulação da informação. As tecnologias da internet, do fax e do telefone celular, entre outras, tornam isso impossível; a produção jornalística, intelectual e acadêmica não pode

ser cerceada por nenhum instrumento de Estado; só se cortarem todas as linhas telefônicas.

As novas tecnologias multiplicaram e diversificaram a capacidade e a criatividade do produtor intelectual, permitindo a interatividade, a síntese de linguagens. Viabilizam, ao mesmo tempo, a fragmentação e a sintetização dos registros de todos os tipos, sonoros, gráficos, algébricos; é uma revolução fantástica que nos maravilha o tempo todo e ainda está em curso, não chegou aos seus limites.

Nem temos ainda no Brasil a tv digital. Quando ela entrar, no espaço magnético em que cabe hoje um canal vão caber dez canais. Se temos hoje cerca de 112 canais, vamos ter mais de mil canais. Por isso não consigo enxergar nesta revolução tecnológica um caráter de retrocesso, de autoritarismo; ao contrário, ela tem a dimensão libertadora que teve a invenção da imprensa por Gutenberg, ou mais.

O número de pessoas que acessam a internet sobe a cada dia, são milhares, milhões. O número de jornais que já estão na internet, o número de redes que se formam, o número de ações coletivas que se formam via internet de um dia para o outro, ações de protesto, ações de organização, aumenta mais e mais; não sabemos aonde isso vai parar e também não temos a dimensão exata disso, mas a minha intuição me faz ter essa visão de que isso tudo é uma grande revolução para a frente, de forma alguma um retrocesso.

Concordo com Maria Rita Kehl que nós não temos um discurso à altura de todos esses novos fenômenos. Modificou-se a natureza das lutas em curso e nós ainda estamos lutando contra fantasmas do passado; ainda não nos apropriamos dessa nova problemática.

Nosso país ainda é muito atrasado e, por isso, nossas propostas principais para o Brasil ainda se dirigem a necessidades básicas: dar comida, escola, caderno, lápis. Mas se nós estivéssemos fazendo essas

lutas na Inglaterra estaríamos perdidos, porque esses problemas já estão resolvidos.

Também não acho que no campo da informática e das tecnologias da informação existe uma propensão do capital de se apropriar de tudo, de patentear tudo. Ao contrário, está sendo quase impossível às grandes empresas patentear suas músicas porque hoje qualquer pessoa pega uma música pela internet e produz o seu CD em casa. Uma vez que a tecnologia permite isso, não há dúvida de que será algo irrefreável.

Por isso a liberação nessa área da informática é estupenda, fantástica, o seu alcance é inimaginável. Vou contar uma história: comecei a me maravilhar com as novas tecnologias no dia em que me chamaram para fazer uma edição especial do *Boletim Nacional* do PT em protesto contra a invasão da siderúrgica de Volta Redonda, em 1988. Ainda não estava muito familiarizado com isso, mas fomos lá, acho que estavam também o Breno Altman e o Ruy Falcão. Até fiz um texto bacana na hora, eles digitaram ali, e então o Ruy Falcão pegou uma coisinha na mão e começou a mexer, mexia uma setinha na tela e o tipo do texto aumentava, diminuía, encurtava. Ele fazia de tudo, era uma mágica.

Essa revolução da microeletrônica, da informática, nos libertou das restrições dos mecanismos físicos de redação, composição e impressão, como a máquina de escrever, o linotipo, o teletipo, o estilete para fazer o *past-up* da página. A máquina de escrever é mecânica; ela nos amarrava e nos limitava mais que a escrita manual, a forma artesanal de fazer as coisas. E isso tudo agora ficou para trás. Acho que qualquer tese que nos aponte para uma visão apocalíptica das informações está errada. Desculpem a ênfase, mas está errada.

Agora, é claro que no campo da biotecnologia o panorama é preocupante: há o patenteamento das espécies e, mais do que isso, a criação de sementes transgênicas patenteadas que não deixam espaço para as outras, pois, se estas sementes produzem o dobro, a produção não patenteadas não tem espaço, porque é uma questão de preço, de custo. Esses são fenômenos realmente assustadores.



Debate com o público

Fábio

Boa tarde a todos, sou do PT do bairro do Butantã [na cidade de São Paulo] e da Administração Regional do Butantã. Fiquei curioso com a observação de Walter Pinheiro e queria saber que resposta ele deu para a Rede Globo quando a empresa foi pedir a ajuda dele.

Ricardo Gomes Filho

Sou estudante de jornalismo, trabalho na Câmara Municipal de Guarulhos e sou do PT de lá. Professor Laymert Garcia, o professor Milton Santos, em seu livro *Por uma outra globalização*²⁷, discute o papel dos partidos de esquerda

e da academia, que de certa forma tornaram-se cúmplices desse capital destruidor, do qual o senhor acaba de nos falar, quando engendram, ao longo dos anos, uma crítica capaz de ecoar nas mais diversas camadas sociais e questionar o custo-benefício dessa modernidade propalada, mas, ao mesmo tempo, se aquartelaram em suas bases oferecendo conhecimento apenas a si próprios. Não estamos repetindo isso aqui? Eu gostaria que isso fosse comentado.

Uma outra questão, agora para o professor Bernardo Kucinski, sobre seu certo otimismo com relação às novas tecnologias. Por

27. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro, Record, 2000.

exemplo, quais as perspectivas que temos daqui para a frente no que diz respeito à educação quando temos um grupo A que tem acesso à banda larga de internet e a todas as novas tecnologias, um grupo B que tem um acesso misto, um grupo C com acesso convencional, um grupo D que acessa a internet na empresa ou na casa de amigos e um último grupo que não acessa em lugar nenhum e mal sabe o que significa internet?

João Antonio de Moraes

Sou sindicalista, dos petroleiros. Gostaria que o professor Laymert Garcia explicasse um pouco mais a origem desse *Relatório Lugano*, de onde vêm os dados apresentados, inclusive os 10% de acesso a essa nova grande produção cultural. Ainda para o professor Garcia, qual a sua opinião em relação aos caminhos que temos disponíveis? Temos alguns exemplos no nosso continente. Eu citaria um mais antigo, conhecido de todos: Cuba. Um exemplo recente é a Venezuela,

que tem adotado alguns caminhos distintos e que, no meu entender, tem um grande projeto, o da PetroAmérica, que pode nos unir num projeto de reerguer a América Latina.

Minha próxima pergunta é para a professora Maria Rita Kehl. Entendo que essas iniciativas dos governos petistas têm um efeito redistributivo considerável. Gostaria que ela discorresse um pouco em relação às amarras. Acho que vivemos, hoje, o nosso momento da Indonésia no setor energético, isto é, o Brasil seguiu ao pé da letra o que determinavam os mecanismos bilaterais econômicos, impostos pelo FMI e outros, e fomos parar na enrascada em que estamos. Então, para mim, esses efeitos distributivos estão claramente amarrados às determinações desses grandes mecanismos internacionais que não nos permitirão atingir a distribuição. Queria que ela discorresse um pouco sobre isso, sobre o limite imposto para esses nossos projetos.

Por último, uma questão para o professor Bernardo Kucinski em relação à questão do efeito progressista dessa revolução na informação. O que parece é que estamos hoje policiados pelo *Big Brother*, que está nos cercando cada vez mais, como o professor Garcia citou. Em vez de ser uma grande agência de informação, é uma grande agência de controle, um grande banco de dados, inclusive com *softwares* desenvolvidos especificamente para vigiar toda a população.

Edmar Silva

Muito boa tarde a todos. Sou sociólogo, professor da rede pública estadual e militante do movimento negro. Professor Laymert, ao falar sobre *O relatório Lugano*, o senhor mencionou a possibilidade de a minoria representar uma resistência. Da maneira como vem sendo consolidada essa revolução microeletrônica, e na perspectiva da globalização, me parece que há possibilidade de criar uma homoge-

neização no âmbito da cultura, suprimir a minoria e, em pouco tempo, cometermos o equívoco de falar em uma cultura nacional.

Outra pergunta, para toda a mesa, mas principalmente para o professor e para o deputado federal Walter Pinheiro: recentemente, assisti a dois filmes que me parecem ser emblemáticos para pensarmos o mundo virtual e o mundo real. Um é *Matrix*²⁸, e o outro é o *Clube da Luta*²⁹. E todos nós vimos recentemente algumas situações que também são emblemáticas para pensarmos o mundo virtual e o mundo real. Diante dessa complexidade que é o Brasil, qual é o modelo político que vocês vêm com condições de consolidar, de ampliar e consolidar de fato essa revolução microeletrônica e a internet sem necessariamente acentuar a exclusão?

Nazaré Lopes Bretas

Meu nome é Nazaré e sou de Minas Gerais. Achei muito interessante essa discussão sobre uma po-

28. *The Matrix*, direção de Larry Wachowski e Andy Wachowski, 1999.

29. *Fight Club*, direção de David Fincher, 2002.

lítica para a qual, digamos assim, o partido ainda não possui uma estruturação. Na verdade, a sociedade ainda não tem isso estruturado. Discutir uma política para a saúde não é mais algo novo e a discussão já está consolidada. Já a discussão sobre tecnologias e informação é parte da minha vivência, um embate que temos o tempo todo e para o qual não estamos estruturados. Por isso, quero aproveitar a oportunidade e fazer uma espécie de provocação à mesa: não está na hora de o PT, que tem um acúmulo fantástico nos seus quadros país afora, se estruturar em relação a essa discussão, de maneira multidisciplinar?

Minha segunda pergunta diz respeito à grande angústia que temos em Minas Gerais sobre um aspecto específico da aplicação da tecnologia, que é a urna eletrônica. Temos fundamentação para considerar que talvez isso seja, como o professor Laymert disse, uma abstração inexorável, e me parece – tenho algum nível de discussão téc-

nica para afirmar isso – que estamos adotando uma tecnologia e, talvez, em pouco tempo, nos arrependamos muito disso.

Rodrigo Assunção

Trabalho no Instituto Florestan Fernandes coordenando o projeto Sampa.org.

Achei muito instigante a palestra de Laymert Garcia dos Santos, com dados interessantíssimos e que me trouxeram questionamentos profundos. Mas acho que sua palestra corre o risco de ser entendida – e creio que não foi essa a sua intenção – como um alerta bloqueador. Um alerta de que não devemos agir nessa esfera, não devemos trabalhar com elementos e propostas de inclusão digital. Coloco em pauta esta questão por coordenar um projeto de inclusão digital que tenta levar o acesso à internet para a periferia da cidade de São Paulo e gostaria de ouvir da mesa o que acham dessas propostas, desses projetos, e como essas propostas e esses projetos podem sair dos quiosques

do correio ou dos orelhões que outras entidades estão querendo instalar e realmente promover a inclusão digital, tendo por base a revolução e a reformulação da comunidade na qual elas estão inseridas.

José Alfonso Klein

Sou membro do diretório estadual do PT de São Paulo, faço parte do governo da cidade de Mauá como secretário do Bem-Estar Social e também sou professor de sociologia. Considero a contribuição do professor Laymert Garcia muito importante e necessária para conhecermos melhor o grau de profundidade do avanço do capitalismo hoje para se apresentar como o fim da história. Penso que é fundamental conhecermos mais profundamente esse assunto, porque, para enfrentar o inimigo, precisamos conhecê-lo. Isso nos ensina a arte da guerra. Acho que não conhecemos suficientemente o nosso inimigo.

Penso que a internet produz muito material que não significa necessariamente produção de saber e de

conhecimento. A maior parte desse material não deve ser indicado por nós, professores, para os alunos pesquisarem e aprofundarem seu conhecimento. Normalmente trata-se de um material abstrato, ou subtraído, ou subextraído dos textos originais e, inclusive, muitas vezes deturpado. Então deveríamos caminhar na reflexão do que fazer para nos contrapormos a essa tirania das informações. Como poderíamos produzir, utilizando esses instrumentos existentes, a internet e outros instrumentos eletrônicos, e como construiríamos contra-informação ou informação que fosse de fato a representação de uma vontade ou de uma necessidade da maioria da população?

Gostaria que o professor discorresse um pouco sobre o que é preciso para produzirmos um conhecimento e um saber que possam de fato significar a libertação do povo oprimido e dos trabalhadores. E gostaria também de ouvir a opinião do professor sobre o patamar em que nos encontramos na luta de

classes, dentro desse mundo tecnológico, técnico-científico avançado. Em que situação nos colocamos como trabalhadores, do ponto de vista do enfrentamento de classe? O que os demais participantes da mesa pensam sobre isso? Gostaria de ouvir dos outros companheiros o posicionamento sobre a questão abordada da luta de classes nesse contexto técnico-científico.

Por fim, peço a opinião dos companheiros sobre o processo do conselho do orçamento participativo para a construção da democracia nos governos democráticos e populares do PT e também na sociedade como uma perspectiva de construção da sociedade socialista. É possível pensarmos esses instrumentos democráticos em um contexto mais aprimorado, tanto em relação ao aprofundamento da democracia como ao avanço tecnológico, técnico-científico, para o enfrentamento, se não de igual para igual ao menos de modo cada vez mais próximo, do entendimento do que representa a apropriação do

conhecimento, da tecnologia, do saber pelo capitalismo?

Lincoln Secco

Sou militante do PT de São Paulo. Gostaria de perguntar ao professor Laymert e aos demais membros da mesa se não estamos exagerando o impacto da internet, da revolução informática na vida das pessoas.

Carlos Tato Cortizo

Boa tarde, sou funcionário público e militante pró-democratização da informática em São Paulo.

Primeiro, gostaria de ouvir um comentário do professor Laymert sobre a economia da doação, desenvolvida por várias pessoas via internet e principalmente pelo professor Richard Barbruch, da Universidade de Westminster, que é importante para as comunidades e para o trabalho coletivo dos movimentos sociais, na minha opinião. Por doação, entenda-se tudo o que não é comercial, quer dizer, tudo o que se tem de livre, que se pode trocar, ser solidário com alguém

utilizando para tanto as tecnologias da informação.

A segunda questão vai para o deputado Walter Pinheiro. Gostaria que o senhor comentasse um pouco mais e de maneira mais focada a questão do *software* livre e a questão das patentes e do *software* proprietário, levando em consideração principalmente o proprietário. O que a adoção do *software* livre tem de inovador e de importante para a apropriação social das tecnologias da informação?

A terceira questão, que apresento também para o deputado, é sobre a privatização das telecomunicações *versus* a impossibilidade do acesso. Ora, privatizar quer dizer cobrar, aumentar tarifas. Com isso temos um problema, pois a sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo. Como a população pobre, os movimentos sociais vão ter acesso a esses meios de transporte de informação se eles estão privatizados?

Outra questão que eu colocaria em decorrência dessa, talvez para

todos da mesa: é possível pensar na municipalização do transporte da informação? Já que ela está privatizada e fragmentada em diversas empresas, no caso de experiências como as várias já citadas, seria possível pensar em algo municipal ou regional em termos de se apropriar do meio de transporte e torná-lo público, e não privado?

Geraldo Santiago Pereira

Sou advogado do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Calçados de São Paulo. Companheiros, eu não vejo saída para essa questão, apesar de também não ter uma visão catastrofista.

Quando comecei no sindicato, em 1977, tínhamos um mimeógrafo velho a álcool. Depois passamos a fazer nosso boletim nas gráficas em São Bernardo do Campo, porque era mais rápido. Mais tarde, os bancários compraram uma rotativa que atendia a todo o movimento. Agora, no meu sindicato, tem um computador. Você aperta um botão e o boletim, o panfleto,

já sai pronto. É só você pegar aquele boletim e encaminhar para uma gráfica eletrônica.

Desde a época em que comecei a trabalhar no sindicato coloco uma questão: temos que nos apropriar desses meios. A questão que o professor expõe de maneira muito clara é a do poder em si, de quem está dominando e quem pretende dominar esse processo, e como isso pode se reverter até na escravização da humanidade. Mas há o outro lado, que o professor também apresenta, que é o da democratização desse processo. Por exemplo, até hoje não tenho celular e sou cobrado por isso por meus colegas, que reclamam que não conseguem me encontrar quando querem. Sou obrigado a ter um computador e tive que ter também um *e-mail*, porque é como as pessoas propõem que nos comuniquemos. O banco do qual sou correntista me mandou uma correspondência com um disquete, dizendo que eu não precisava mais ir ao banco, bastava seguir as instruções da carta. Quan-

do vou ao banco, o próprio funcionário me pergunta por que não usei o serviço pela internet.

Além da questão do poder nesse processo, há um outro lado que indica que não vai haver controle sobre tudo isso. Faço essa afirmação porque, apesar de não dominar o assunto, vimos o caso de alguns meninos que um dia desses entraram nos computadores do Pentágono e barbarizaram. Quando ainda existia a União Soviética, um moleque entrou no sistema de comunicação do Kremlin e o que aconteceu? Foi para a praça Vermelha com um avião e ninguém descobriu. Concluindo minha intervenção, acho que temos que ter domínio sobre essas novas tecnologias, nos apropriarmos delas para usar essa arma contra nossos adversários e inimigos.

Paulo Vannuchi

Já estava claro que, nessa segunda fase do seminário, em relação a alguns dos temas, haveria uma tendência a discutir o tema em si, e

não a sua relação com o socialismo. O professor Laymert, no início de sua apresentação, registra muito bem que a revolução e o socialismo estão separados, são distintos um do outro. Maria Rita Kehl também abordou esse assunto.

Na Revolução Russa, Lenin considerou que a fundação de um jornal, o *Iskra*³⁰, era um veículo fundamental para criar o partido, isso no início do século xx. Nós ainda não fizemos sequer uma boa discussão sobre a televisão e sua relação com a democracia; o que dizer, então, com o socialismo? O que o tema de hoje, internet, traz de novo a esse debate?

Terezinha Ferrari

Boa tarde, sou professora da Fundação Santo André. Minha pergunta é rápida, vem da lembrança de um parágrafo de um texto de Claudio Napoleoni. Ela é dirigida mais especificamente ao professor Laymert Garcia. Há um parágrafo nesse livro, *Lições sobre o capítulo sexto*³¹, em que o autor afir-

ma que toda máquina, toda tecnologia, toda ciência foi feita, nos últimos 150 anos, pelo capital e tem dois objetivos: a extração da mais-valia e manter o trabalho alienado. Uma nova sociedade socialista não teria que rever toda a concepção da máquina, toda tecnologia e toda ciência e, portanto, teríamos outras máquinas, outra tecnologia e, fundamentalmente, outra ciência?

Humberto Leopoldo Butcher

Sou professor universitário de economia. Com tudo que foi apresentado, ficou bastante complicado tentar caminhar, principalmente dentro da linguagem sociológica, em que se detêm e se buscam os excedentes que, em algum momento, foram eliminados; e refiro-me ao excedente humano que foi eliminado, por exemplo, em campos de concentração que serviram a essa prática. No contexto econômico, o que me deixa um pouco preocupado no desenvolvimento do tema é a sua armadilha, a sua forma de ver, qualquer que seja ela dentro do sis-

30. O jornal *Iskra* (Fáisca) foi criado em fins de 1900 por um grupo de militantes socialistas russos lideradas por Lenin.

31. NAPOLEONI, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (médito) de Marx*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

tema capitalista, de controlar dentro do ciclo não só a produção, mas agora também o processo de produção, conforme foi dito.

O capitalista estará controlando o processo de produção voltado para quê? Para um retorno maior, para um retorno mais rápido ou para um valor agregado mais rápido? Ou seja, ele continuará sempre usando de artifícios para acumular capital, para obter lucros, e esses lucros, quando se dão, são possíveis dentro de um espaço de tempo mais curto e de um grupo menor, eliminando-se na história aqueles que eram “desnecessários” por um processo de migração forçada, de escravização ou de guerra. Os que ficam e os que detêm o poder do capital dentro do sistema estarão sempre querendo fazer que essa produção se realize, por meio do consumo, e propicie sempre um lucro maior, em menor tempo, a qualquer custo, e que seja independente de o ser humano ser utilizado como uma mercadoria.

Laymert Garcia dos Santos

Bom, vou tentar responder a algumas dessas diversas perguntas. Mas antes queria fazer uma espécie de esclarecimento. Ponto um: não sou contra a tecnologia. [Risos.] Ponto dois: a questão fundamental é que a gente precisa saber as implicações do modo como essa aliança entre o capital e a tecnologia utiliza a tecnologia e o que significa essa situação nova que foi criada, e que chamei de “virada cibernética”. Por que nova? Paul Virilio define a informação como a terceira dimensão da matéria, depois de massa e energia. E essa dimensão nova da matéria, que pode ser matéria viva ou inerte, é trabalhada justamente por essas tecnologias. É ela que o capital e a tecnologia resolvem explorar fazendo dessa dimensão o terreno privilegiado da dominação contemporânea. Pareceu-me fundamental levantar essa questão aqui porque a gente não pode ter ilusões quanto ao modo como isso está sendo trabalhado nem quanto ao grau de complexi-

dade da situação nova que estamos vivendo, inclusive do ponto de vista da política. É preciso entender até onde vai essa mudança nova e como o capitalismo contemporâneo está trabalhando esse campo de potenciais novos, inclusive esses fragmentos da vida mesma, como está revolucionando a maneira de trabalhar, como está concebendo a natureza de um modo completamente diferente, como está reconfigurando as culturas. Pareceu-me necessário fazer um panorama para que a partir dele se pudesse avaliar se continuam valendo ou não as ferramentas que temos para lutar politicamente quanto à questão do socialismo. Por que digo isso? Porque, por exemplo, se considero a luta pelo socialismo ou, enfim, a luta do movimento do PT desde os anos 1970, com relação ao trabalho, e comparo com o que acontece hoje, vejo que há uma diferença brutal da situação. Naquele tempo havia uma luta contra o capital, hoje há, fundamentalmente, uma luta para a preservação do emprego. Quan-

do havia luta contra o capital existia uma tentativa de formulação de alguma coisa nova. Hoje, quando há luta para a preservação do emprego, o capitalista vai dizer: “Mas vocês não eram a favor de uma revolução das condições de produção? Vocês não eram a favor da transformação? Há uma transformação em curso que está virando a sociedade de ponta-cabeça e vocês estão o tempo inteiro como arcaicos, tentando segurar esta situação nova”. Essa mudança de situação, que fez com que se passasse da ofensiva para a defensiva, e de uma posição de ponta para uma posição que o capital vai qualificar como conservadora – é para poder entender essa virada que tentei dar um panorama. Nesse cenário a posição do trabalhador e a do excluído ficam cada vez mais vulneráveis, então é preciso incluir a questão da tecnologia e da ciência. Se entendi bem, em sua intervenção, Maria Rita Kehl sugeriu que minha fala seria reativa a esse processo e que, de certo modo, eu se-



ria catastrofista. Eu não sei se sou catastrofista, acho que sou mais realista do que catastrofista. Pelo seguinte: não estou reagindo a esse desenho novo da sociedade e à importância que a tecnociência e o capital global têm em relação à questão da informação nessa sociedade. Em meu entender, é preciso discutir as novas formas de dominação econômica, política, social e cultural para podermos saber como filtrar as tecnologias que queremos, como optar. Precisamos estabelecer parâmetros e limites. Por exemplo: temos que pôr limites para que o capital não possa se apropriar da vida nos seus componentes mínimos. A gente só pode fazer isso se tiver clareza do modo como o capital formula o acesso e o patenteamento dos recursos genéticos. Olhando a legislação brasileira, por exemplo, parece que, em princípio, a vida está protegida do patenteamento, pois plantas e animais não podem ser patenteados. Mas, por meio do microrganismo, que pode ser, se instaura aquilo que chama-

mos de patente virtual. Por meio dela, não vou patentear a planta; o que me interessa é o princípio ativo dessa planta, ou melhor, a informação contida nesse princípio ativo. De certo modo a questão básica de toda a minha intervenção é a necessidade de impor limites ao capital. E tudo que justamente o capital e a tecnociência não querem é que sejam colocados limites. Porque o que eles reivindicam – e agora reivindicam inclusive se apoiando na própria ciência e no próprio desenvolvimento da tecnologia – é que a sua liberdade é sacrossanta. Mas de repente essa liberdade começa a se colocar contra as sociedades, que são forçadas a se adaptar.

Maria Rita Kehl

Em primeiro lugar, preciso dizer ao professor Laymert que não acho seu texto reativo. Ao contrário, ele é informativo, do início ao fim, tanto que na primeira leitura que fiz fiquei perplexa, precisei lê-lo novamente para absorver melhor seu

conteúdo. Minha fala expressa cautela quanto à produção de respostas reativas que, muitas vezes, formulamos diante de uma realidade alarmante como a analisada.

Para responder à pergunta do Moraes sobre as amarras que as prefeituras petistas têm que desfazer e à pergunta de Paulo Vannuchi sobre socialismo, quero reforçar um pouco a idéia dos vazios de discurso e das necessidades de criar discursos que façam articulações maiores entre as várias propostas da esquerda. Uma delas é pensar o público e o privado. Esta é uma questão para a esquerda. Para o neoliberalismo, tudo o que for “privatizável”, lucrativo para a empresa privada, deve-se privatizar. Quanto ao que não tiver interesse para a iniciativa privada – só interesse público –, que se faça apenas o mínimo necessário para manter a sobrevivência das multidões que representam uma reserva de mão-de-obra barata. Reserva da qual o capital vai precisar cada vez menos. O enfoque da esquerda é

outro, porque é pela responsabilidade pública dos governos que passa a inclusão. Se depender do capital, a inclusão vai continuar em 10%, com muita sorte.

Tenho pensado sobre essa questão em relação à crise energética, mas, como não sou da área econômica, às vezes me parece que minhas considerações são muito ingênuas. De qualquer forma, há uma evidente relação entre a crise energética e a privatização das distribuidoras de energia, que passam por um descaso, por um desleixo, para com o patrimônio público, mas não para com o seu capital. Aliás, as empresas que compraram a geração e a distribuição de energia cuidaram muito bem do seu capital, e não do que tinham que fazer, como por exemplo a expansão das redes. A população brasileira comprou muito rápido a idéia de que o problema que gerou o racionamento de energia elétrica foi a falta de chuva. Ficamos todos na situação do nordestino mais desinformado, do vilarejo mais distante, que acha

que tudo depende de rezar para Deus para fazer chover.

Ora, como é que essas prefeituras petistas, que deveriam estar articuladas em rede, que deveriam estar discutindo seus trabalhos coletivamente com um projeto para o país, gestado no âmbito regional e municipal, não estão processando o Estado pela maneira como foram privatizadas as distribuidoras de energia? Como não estão cobrando dessas empresas, dizendo-lhes que têm um mês para investir e corrigir o problema, se não serão multadas ou mesmo reestatizadas? Nós é que estamos sendo multados pelo desleixo e pela irresponsabilidade deles. Essas amarras que existem nas administrações locais podem ser, se não rompidas, pelo menos afrouxadas numa articulação mais ampla entre várias prefeituras. Um exemplo: um juiz deu ganho de causa a uma cidade que se recusou a cumprir suas metas de consumo de energia. Isso deveria ser estendido para o âmbito nacional.

É por isso que deve se pensar a relação dos setores público e privado. As privatizações não podem ser tomadas como fato consumado. Parece-me antiética a privatização de um setor que não tem concorrência porque, aparentemente, a privatização deveria promover maior eficiência das empresas justamente em razão da concorrência. Mas em um setor sem concorrência a privatização produz um serviço muito pior do que o problema das estatais com toda sua burocracia e corrupção, e o público não tem alternativa a isso.

Fico pensando que a questão do socialismo, levantada por Paulo Vannuchi, talvez passe pela criação de um novo pensamento, não no sentido de contestar tudo o que veio antes, mas algo novo que leve em conta tudo o que está acontecendo agora, a realidade com que temos que lidar. Será que ele não passaria justamente pela articulação das experiências locais para um nível teórico? Por isso insisto em uma maior articulação discursiva.

O que acontece hoje é que temos um discurso abrangente, mas descolado da realidade do capital. De repente surgem informações como esta e não sabemos o que fazer delas. O grave é que começamos a torcer para que não aconteça nada de novo que questione nossas categorias estabelecidas, seguras. Temos experiências que não estão sendo articuladas em pensamentos mais abrangentes.

Embora eu não tenha um discurso sobre o socialismo para lhes apresentar, penso que a questão foi ficando nas mãos de uma elite da esquerda que participou das primeiras lutas. Foi interessante fazer referência aos que participaram das primeiras lutas pelo socialismo como se tivesse ficado a essa elite a incumbência de pensar alguma coisa; e as experiências que não estão sendo levadas a cabo por uma elite intelectual não estão sendo incluídas no nosso pensamento. É a impressão que tenho.

E às vezes, ao contrário, ocorrem coisas dentro do PT porque algu-

mas experiências novas não cabem no nosso modelo de socialismo. Acho que é o caso da administração da Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, que às vezes sofre críticas dos próprios companheiros do PT com apenas três meses de administração, porque o que ela está fazendo não corresponde ao que nós pensamos sobre o socialismo. Mas nós temos que levar em conta as dificuldades que ela enfrenta em São Paulo.

Muitas vezes é isso que acontece – com uma exceção honrosa, a de Porto Alegre – porque a realidade e as soluções inventadas deixam de caber no nosso pensamento socialista.

Também temos que produzir um pensamento teórico que oriente a relação do PT com o MST. Esta é uma relação tensa, mas que não pode ser abandonada, porque o MST é o que temos de melhor no movimento popular, com um projeto ainda embrionário de socialização da terra, mesmo com todos os defeitos e problemas que possa ter.

Laymert Garcia dos Santos

Olha, uma das questões que permeiam várias das intervenções realizadas, ou várias das perguntas, é a relação entre socialismo e tecnologia. Como se pode estabelecer uma relação positiva entre esses dois termos? Alguém até lembrou a pergunta do Lenin: “O que fazer?”. Eu gostaria de esclarecer um pouco a diferença da nossa situação atual com a situação em que ocorreu a Revolução Russa. Basta lembrar a definição de Lenin: “O comunismo são os sovietes mais a eletricidade”. De certo modo, a indagação subjacente ao meu texto, e que de certo modo já existe numa espécie de separação entre revolução e socialismo dada na própria pergunta que o PT fez para mim como tema deste seminário, é a seguinte: Será que podemos continuar pensando essa questão como Lenin? Será que podemos ter um pensamento totalmente positivo em relação à tecnologia? Será que podemos substituir a eletricidade pela internet, e os sovietes pelas comu-

nidades de base e achar que encaminhamos a questão? A especificidade da informação digital e da informação genética é que elas permitem acessar e instrumentalizar a realidade potencial; o que o capital visa controlar é justamente essa realidade potencial, e a tecnologia permite isso. A tecnociência está trabalhando para o capital global, portanto parece-me ingênuo acharmos que a internet é um território livre, que vamos conseguir fazer uma revolução usando a internet. Não estou, evidentemente, negando o aspecto democrático de circulação da informação que existe na internet e as conexões que ela possibilita. Basta lembrar, por exemplo, que Chiapas só não foi duramente reprimido pelo poder central mexicano porque havia uma rede, via internet justamente, de conexão entre o global e o local que impedia a instância nacional de reprimir o movimento, ou de aniquilá-lo, como era a intenção. É claro que existem brechas dentro dos sistemas, é claro que temos de apro-

veitá-las, mas é importante ter em mente que a tecnologia não é neutra – para ganhar a batalha não basta só inverter o sinal, quer dizer, pôr a tecnologia para trabalhar para nós, se antes ela trabalhava contra nós; não basta, por exemplo, desapropriar os meios de produção, como se pensava. Há uma dimensão muito democrática na internet, mas temos que pensar que ela é uma tecnologia nova e que o capital está começando a colonizá-la agora. Alguns especialistas acham que o controle da internet vai se dar mediante regulações de acesso feitas paulatinamente depois que a classe média dos países industrializados já estiver usando a internet como instrumento absolutamente imprescindível na sua vida diária. Quando houver uma grande capilaridade nos países industrializados, quando a vida for impossível sem a internet, então aí é que vai começar realmente a regulação da internet. Por enquanto eles não querem mexer nessa questão. Até porque é preciso que todo mundo entre

nesse mito, assim como ocorreu com outras tecnologias anteriores, que também foram apresentadas como democráticas, universais, boas para todo mundo etc. Faz parte do próprio mito do progresso alardear que todas as tecnologias são democráticas. Não acho que as novas tecnologias sejam para todos nem que os incluídos sejam todos iguais. Não dá para comparar o modo como alguém do Primeiro Mundo opera a internet com o nosso modo de operar. Não dá nem mesmo para comparar o nível educacional da população, que é fundamental para se saber filtrar as informações. O problema da informação não é unicamente um problema de acesso; mesmo quando temos o acesso a toda informação possível a questão da desigualdade permanece. Já se sabe que o problema não é só o acesso à informação, é como se vai processá-la para fazer dela um instrumento de conhecimento. O acesso que um astrofísico que trabalha para um banco de investimentos tem à informa-

ção via internet não é o mesmo acesso que o meu... Há uma discrepância muito grande. Para tornar a questão mais concreta, vou dar um exemplo. O Instituto Socioambiental, do qual sou sócio-membro, recebeu, há alguns anos, a visita de um representante do Projeto Sivam que queria a colaboração dessa ONG. Até então eu não havia compreendido bem o que era o Projeto Sivam, porque sempre tinha sabido dele pelas informações da imprensa. E então finalmente descobri. Tratava-se do seguinte: diante da retração da presença do Estado na região amazônica, da presença física, territorial, a alternativa era construir uma espécie de Amazônia virtual, utilizando uma rede de informações que é o Projeto Sivam. Uma vez instalada essa Amazônia virtual, não se trata de colocá-la a serviço da população, mas sim de controlar o espaço territorial a partir do ciberespaço, montando um sistema de captação de dados que serão processados e cujo acesso vai ser diferenciado.

Quando nos explicaram o que era o Projeto Sivam, achamos interessante participar, mas gostaríamos de conhecer as condições de acesso. Aí o representante do Sivam falou que o acesso ao projeto tem quatro níveis. No nível um, evidentemente, tem-se acesso à informação mais corriqueira e, quanto mais alto é o nível, mais sofisticada, mais depurada e trabalhada é a informação. Eu pergunto: quem teria acesso a esse nível mais alto, senão as autoridades governamentais e o poder econômico? Estou dando esse exemplo para mostrar que o fato de existir uma rede não significa que ela é necessariamente democrática. Muito rapidamente podem se constituir redes dentro da rede.

Outro ponto é a questão do fim da história. Não disse que nós estamos no fim da história; disse que a partir da virada cibernética o capital global e a tecnociência tratam o mundo como se tudo tivesse sido zerado. Por quê? Porque a partir da possibilidade de apropriação da informação

digital e genética, portanto de apropriação da potência virtual em todos os campos, o capital e a tecnologia vão considerar que o mundo está à disposição para as combinações, reprogramações, reprocessamentos que vão se dar por meio justamente de um trabalho tecnocientífico. O trabalho que vai ter valor no futuro vai ser o trabalho tecnocientífico; outros tipos de trabalho se tornarão descartáveis, porque é esse o tipo de trabalho que vai agregar valor, é esse que vai ser patenteado; é esse que vai permitir que eu garimpe uma informação molecular no corpo dos ianomâmis, por exemplo, e que eu me aproprie desse fragmento com vistas a um patenteamento. Se por acaso daí surgir um medicamento, essa apropriação, que é molecular, vai ter um alcance global, porque no mundo inteiro vai ser comercializado um remédio produzido a partir daquele anticorpo que é produzido a partir do corpo dos ianomâmis.

Não se trata de ser derrotista ou catastrofista. Quando se chega a

esse grau de penetração do capital na matéria mesma, ou na vida mesma, a gente não pode brincar. O inimigo é muito sofisticado e se quisermos lutar contra ele, seja no interior do processo, seja porque estamos fora dele, precisaremos conhecê-lo. Parece-me que as lutas, agora, vão ser muito diferenciadas; e elas não vão ser mais só do ponto de vista ideológico ou mesmo do ponto de vista das classes. A virada cibernética dissolve um pouco a maneira como a gente via as classes antes dela. Penso, por exemplo, no Critical Art Ensemble, um grupo de artistas norte-americanos que escreveu um livro cuja primeira pergunta é: “Como vamos identificar o nosso inimigo, a classe global?”. Ponto um: ela não está mais localizada no espaço, nos países, porque é uma classe transnacional e em trânsito; toda vez que você tenta apanhar seus representantes, eles dizem: “Mas eu não tenho nada com isso, eu sou só executivo da corporação, sou só um trabalha-

dor, só cumpro ordens; quem manda são os acionistas”. E como os acionistas estão pulverizados no mundo inteiro então a gente não consegue localizá-los, eles são sempre invisíveis. Portanto, como vamos lutar contra um inimigo que é invisível, um inimigo que se fragmentou, que abandonou o espaço, que nem está mais no espaço? Por outro lado, o que é o trabalhador hoje dentro de um processo como esse? O trabalhador é o trabalhador técnico-científico. Os outros vão ser trabalhadores cujo trabalho não tem valor. É claro que estou falando de uma tendência; é claro que hoje ainda existem outros trabalhadores. O que estou tentando apontar é justamente para onde parece que caminha o processo, o que precisamos enxergar se queremos lutar. Uma lição que o próprio Marx nos deu foi a de estudar não as formas atrasadas do capitalismo – para tentar ver como os trabalhadores deveriam organizar a sua luta –, mas sim de estudar as formas mais avançadas.

Bernardo Kucinski

Depois dessa catástrofe, fiquei chumbado aqui. Quero enfatizar minha convicção de que as novas tecnologias da informação são por sua natureza libertárias. Gostaria de fazer uma contraposição com a invenção do telégrafo, por exemplo. O telégrafo foi uma invenção que criou sistemas: é necessário estar ligado ao sistema, aos terminais de telégrafo. Ele tem um dono, precisa de capital para ser instalado. Essas tecnologias modernas fazem justamente o contrário: libertam as pessoas dos sistemas. Começou com o radiotransistor, uma primeira grande invenção que teve um papel revolucionário muito importante; algumas revoluções foram feitas pelo radiotransistor, como fez Gamal Abdel Nasser, na revolução egípcia de 1952, por exemplo. Um dos seus primeiros atos foi distribuir radiotransistores para os egípcios. Esse processo que começa com os transistores e chega na tecnologia digital e na microeletrônica produziu essa maravilha que é a autono-

mia do indivíduo na comunicação. Interatividade e custo baixíssimo são a natureza da tecnologia. Ela pode ser apropriada pelo capital, mas com muito mais dificuldade do que outras tecnologias. Por exemplo, nós sabemos que existem em São Paulo cerca de 20 mil cinegrafistas amadores que têm câmeras que custam mil reais e que ficam filmando episódios como o da Favela Naval³². Esse é um potencial gigantesco de acompanhamento dos fatos, propiciado pelas tecnologias da comunicação. Onde vai se dar a tentativa de controle neste caso? Vai se dar nos canais de distribuição dessa informação. Este cinegrafista só vai poder passar seu filme na Globo se a Globo quiser. Mesmo porque quem cadastrou esses 20 mil cinegrafistas foi a Globo. Mas não se pode dizer que essa tecnologia em si não seja libertária. Ela já produziu fenômenos sociológicos importantes. Por exemplo, houve um casamento entre essas tecnologias e o florescimento de um rico leque de movimentos sociais

quando se deu a epidemia da AIDS. O surgimento das ONGs em torno da AIDS foi, na minha opinião, um acontecimento da maior importância política porque foi o primeiro grande movimento pós-moderno de rearticulação da sociedade civil depois das grandes manifestações pacifistas dos anos 1960.

Assisti a alguns congressos sobre AIDS e fiquei impressionadíssimo com a quantidade de entidades que surgiram em torno dos direitos dos portadores dessa síndrome no mundo inteiro. Criaram-se um novo discurso, novas propostas, uma articulação mundial, e não é à toa que, no caso do Brasil, é a única política pública de saúde universal e gratuita na sua totalidade. Todo doente de AIDS no Brasil tem direito a tratamento gratuito e integral porque este foi um movimento realmente inovador no campo da cidadania e dos direitos. E esse movimento não teria se articulado sem a internet. Eu o considero indicativo de como serão as lutas sociais no futuro.

32. Imagens feitas por um cinegrafista anônimo que mostravam abusos de policiais contra moradores da Favela Naval, no Rio de Janeiro. Foram exibidas no "Jornal Nacional" da Rede Globo em 31 de março de 1997.

Nessa combinação entre novas formas de organização da sociedade, inclusive de grupos minoritários, e novas formas de comunicação, como o já citado caso de Chiapas e o caso da AIDS, eu diria que a internet já está do nosso lado!

Admito que pode surgir um cidadão Kane algum dia, ou um Roberto Marinho, e descobrir um jeito de impedir o nosso acesso às redes, ou de limitá-lo. Mas acho muito difícil que isso aconteça porque seria uma contradição com a natureza dessa tecnologia. Tanto é assim que existe a figura do *hacker*: qualquer garoto de 15 anos faz um programa e entra nos outros computadores. Eu não sei fazer isso. Esse é um outro aspecto interessante: as novas tecnologias parecem ter nascido com as novas gerações; está no sangue delas. Então, realmente não consigo mudar o meu convencimento de que as novas tecnologias têm um caráter libertário.

Pergunto a vocês: quando Gutenberg inventou a imprensa e surgi-

ram os jornais, os panfletos que derrubaram monarquias, é claro que em um mesmo momento se produziram os analfabetos, os que não sabiam ler aquelas coisas. Mas por isso vamos dizer que Gutenberg inventou a exclusão? É um raciocínio absurdo. Uma confusão no estabelecimento das relações de causalidade. Gutenberg não inventou a exclusão. Gutenberg inventou o tipo móvel, primeiro passo para a popularização da leitura.

Claro que com a nova revolução tecnológica se coloca agora para toda a sociedade a necessidade de um novo nível de escolaridade. Até o entregador de pizza precisa saber localizar no computador da pizzaria onde fica sua próxima entrega ou quais pedidos chegaram. Mas isso não quer dizer que a internet provocou a exclusão, que vai provocá-la ou que é produtora de exclusão. Para mim esta visão é apocalíptica, não realística.

Em muitos de seus ramos, a ciência hoje é coletiva; feita por grandes grupos, com grandes financia-

mentos, grandes máquinas; os projetos de pesquisa são muito mais direcionados do que antigamente. Mas acredito que é possível ter um outro tipo de ciência. É possível investir muito mais recursos de investigação para descobrir a vacina da hanseníase, por exemplo, e dar menos prioridade à reprodução fora do útero, que vai interessar a meia dúzia de casais.

A determinação de prioridades na pesquisa segundo os interesses do grande capital existe. Até certas formas ou soluções finais em que desembocam algumas invenções são determinadas por interesses econômicos e militares, e não pelo interesse geral da sociedade. Um caso típico é o da energia nuclear. Seu uso, por meio de geradores a urânio altamente enriquecido, assumiu a forma atual porque a tecnologia foi desenvolvida primeiramente para fazer a bomba. Todos os reatores poderiam ter uma outra forma que não a atual. Menos perigosa. Eles não precisariam ser compactos, usar urânio altamente

enriquecido. Esta é a forma que se originou do fato de que o objetivo dos primeiros reatores era potencializar submarinos e fazer a bomba. Tornou-se a forma usada até hoje.

O mesmo pode acontecer com a internet, com a microeletrônica. Mas existe algo essencial nessas novas tecnologias que não havia nas tecnologias da Revolução Industrial: o seu caráter libertário.

Também foi apresentada aqui a questão do controle e da urna eletrônica. Acho que são fenômenos paralelos, gravíssimos. Quando, por exemplo, o indivíduo se filia ao PT ou vai ao médico, ele dá o seu nome e já tem uma máquina que o fotografa na entrada do prédio. Todo edifício em que se entra em São Paulo tem esse sistema. Se estivéssemos na época da ditadura, o DOICODI³³, para identificar alguém, só precisava saber quem era o seu médico, saber onde ficava o consultório, ir até o prédio e lá estariam fotografia, RG, CIC, todos os dados da pessoa.

33. Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operação de Defesa Interna, um dos principais órgãos de repressão do regime militar que governou o Brasil de 1964 a 1985.

A sociedade está criando esses sistemas de controle, e este é um aspecto dessas novas tecnologias que me preocupa; elas são tão baratas que não custa nada fazer isso. Mas, ao mesmo tempo, a sociedade tem que criar mecanismos sociais que impeçam a construção desses controles. Mas o uso das novas tecnologias para o controle social é uma coisa e seu uso para comunicação, informação e lazer é outra. Na comunicação humana essas tecnologias abrem uma nova possibilidade de libertação. Nós só temos que saber como usá-las.

Walter Pinheiro

Em relação à questão do termo apocalíptico, diria que é extremamente pesado para esta questão. Por exemplo: pude ter contato com novas tecnologias desde o final da década de 1970. Sou, inclusive, oriundo de uma empresa do antigo sistema Telebras e tive a oportunidade de fazer parte de um grupo de trabalhadores que tinha acesso ao computador. O Projeto Ciranda

foi nosso início em algo que, hoje, poderíamos chamar de nossa “primeira internet”. Portanto já utilizo a internet desde o final dos anos 1970. Acredito que essas novas tecnologias foram extremamente interessantes do ponto de vista da transformação e das modificações profundas, e enfrentamos até o seu impacto nas relações de trabalho, principalmente a relação de causalidade entre desemprego e automação.

Uma de minhas críticas ao PT é que o partido é tímido nas discussões sobre esse tema e, às vezes, não lhe dedicamos a importância que ele requer. A grande realidade disso está na representação do PT nesses momentos. Há uma comissão na Câmara dos Deputados que discute novas tecnologias, e algumas vezes é necessário buscar deputados “no laço” para entrar nessa comissão. A nossa cultura é a de que todos entram nas comissões de Trabalho e de Agricultura, mas para a de Ciência, Tecnologia, Telecomunicação, Informática só vai

“quem tem habilidade”. Historicamente o PT tem seis vagas nessa comissão e só ocupava uma, negociando as outras cinco com outros partidos para trocar por vagas nas comissões de Agricultura, Trabalho e outras. Portanto temos um conceito errado.

Estou convencido de que precisamos fazer o debate sobre essa questão que envolve não o controle estatal, mas o controle público. Essa é a diferença. E, quando falo isso, é com o objetivo de analisar a situação sob vários aspectos. Podemos começar pelo aspecto econômico para depois entrar na questão do cidadão. Qual é a competitividade que se tem nesse novo mercado? Abriram-se as regras, e isso permitiu um processo crescente de novos operadores, é verdade, porém é bom lembrar que estes “novos operadores” geralmente se associam. Vide o exemplo das operadoras da Telecom no Brasil. Outro problema está localizado no compartilhamento da infra-estrutura, o meio físico. Por exemplo, va-

mos ver como funcionava a competição entre a Embratel e a Intelig no início do modelo da Telecom no Brasil: toda vez que fazíamos uma ligação interurbana usando o serviço da Intelig passávamos pela rede da Embratel. A Intelig tinha que dar desconto para conquistar os usuários, mas tinha que pagar à Embratel para poder concorrer com ela. Esse é o cenário de competitividade instalado no país.

Como flui a informação no Brasil? Ela está com alguém que controla os satélites existentes no país, toda a malha de fibra ótica etc.; nestes elementos está o controle do meio por onde trafega a informação. Fiz esta observação sobre a perspectiva do poder, porque quem controla a informação obviamente tem poder. É esse o debate. Afinal, em uma situação como esta, as bases da democracia estão completamente abaladas. O que dizer, então, das bases do socialismo?

E o Partido dos Trabalhadores no governo? Qual sua relação com esses novos meios de informação?



Um companheiro levantou a questão da municipalização do controle dos meios. Em Porto Alegre houve esse debate. Aqui, na prefeitura de São Paulo, por diversas vezes o tema foi debatido com os companheiros. Estamos fazendo essa discussão para além dos meios físicos. Por exemplo, o controle sobre o que passa no solo e no subsolo, o direito de passagem. Esse é hoje um debate fortíssimo, ou até a possibilidade de municípios construírem suas próprias redes, ou seja, possuírem a infra-estrutura. Esta experiência foi, em parte, adotada pelo município de Porto Alegre.

Também fiz referência à nova sociedade e ao acesso às suas tecnologias. Por exemplo: usando programas abertos, na construção de uma página, é possível a qualquer um entrar na rede e usar, criar, mexer etc... A partir de agora, as coisas estão mudando. Há a preferência pelo uso de *softwares* proprietários que, para serem usados, devem ser comprados. Portanto, a característica da rede está se mo-

dificando completamente. Vou dar um outro exemplo.

Quando surgiu a história de internet grátis, poucos associaram essa “gratuidade” com o consumo de pulsos telefônicos. Ora, é só raciocinarmos: há 22 milhões de telefones gerando pulsos, e se é possível agregar a estes mais 5 milhões de usuários da internet, claro que isto pode significar um aumento considerável; logo, alguém pode dispensar o pagamento de uma taxa de adesão. O que se perde na taxa ganha-se nos pulsos, aliás, muito mais.

Quanto àqueles que não têm computador em casa, eles podem utilizar os computadores de seus locais de trabalho, por exemplo, e gerar pulsos para a companhia telefônica.

Quem está por trás da internet grátis? As companhias telefônicas. Quando começou o grande debate sobre a questão da internet chamei a Associação Brasileira dos Pequenos Provedores de Internet e os alertei de que os primeiros a perder espaço no mercado seriam os

pequenos provedores. Eles não acreditaram. Eu argumentava que uma companhia telefônica, detentora do meio físico, logo teria seu próprio provedor. É o dono do meio físico que tem o provedor! Por que ele daria este meio para um concorrente se os provedores disputam entre si? Mesmo que disponibilizem o meio físico, isso será a que preço?

Eu alertava que os pequenos provedores seriam engolidos e comprados pelos conglomerados que vêm para o Brasil. Mas eles falavam que haveria um grande mercado e os pequenos iriam se espalhar pelo país. Todos eles foram comprados! E essa lógica é simples: o pequeno provedor precisa negociar o meio de transmissão de informações com uma empresa de telefonia, ao mesmo tempo que vai ter que concorrer com essa mesma empresa que detém a infra-estrutura não apenas mais veloz, como também mais barata. A disputa fica completamente desleal!

Vou dar um último exemplo em relação a este assunto. Imaginemos

a Rede Globo e a Rede Bandeirantes. Já imaginaram se a Globo fosse dona da Embratel e na hora de transmitir a Copa do Mundo ela impusesse para a Bandeirantes o preço que quisesse pelo canal ou então a concorrente ficaria sem transmitir?

Era esse o debate que buscávamos fazer desde 1993. Nós estamos atrasados? Não, estamos atualizados; fizemos várias emendas quando da discussão da Lei Geral de Telecomunicações. Entre essas, para que houvesse a discussão sobre o direito de passagem e interconexão e o compartilhamento de infra-estrutura, visando evitar a prática desleal na competição.

Quanto à pergunta sobre a Rede Globo, na realidade a emissora vai ter nossa ajuda, pois estamos defendendo um outro mercado que, inclusive, gerará um grande debate com a ALCA [Área de Livre Comércio das Américas]; esse outro mercado chama-se produção cultural, controle do conteúdo.

A Globo tem uma grande briga com outras emissoras. Vocês co-

nhecem a Teccsat? É uma empresa de satélite. Quem matou a Teccsat? Foi exatamente o grupo que mantém esta disputa com a Rede Globo. Eles pagaram 200 milhões de reais não para ter o direito de transmitir, mas, na realidade, utilizaram um esquema para neutralizar a Teccsat. É verdade que este grupo também buscou obter espaço de rede utilizando a malha de que dispunha a Teccsat. A disputa é pelo espaço de tv aberta no Brasil.

Essa é a briga que está sendo travada por grandes grupos que, na verdade, se associam e formam conglomerados que, além de tv, são operadores de telecomunicações, empresas fonográficas, produtoras de filmes, de novelas etc. São grandes empresas que, além de produzirem, também transmitem a sua produção.

Vamos fazer um grande debate sobre tv digital no Brasil. Tenho insistido no Congresso que a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] não pode decidir o nosso futuro sem a participação da socie-

dade. A tv digital pode agregar; ela pode ser um grande instrumento revolucionário, maior até mesmo do que a internet, porque ela pode ter a internet e o que mais se imaginar. Mas quanto vai custar esse aparelho de tv?

No Brasil, a tv é o terceiro eletrodoméstico presente em uma casa. Ela só perde para a geladeira e para o rádio. Mas, apesar disso, é preciso ter uma tv compatível com o sistema digital, e esse aparelho custará caro. Nesse momento entra a convergência: é possível abaixar o preço do aparelho de tv porque a maioria das pessoas já tem um aparelho, e um preço mais baixo estimularia o consumo desse novo modelo e dos serviços a ele agregados, não só imagem, mas também voz, internet e outros. Dessa forma, a convergência pode ajudar muito na redução do preço final do aparelho.

Teremos que decidir também qual tecnologia vamos usar para a tv digital. Esta decisão afetará o mercado – indústria – e terá impacto do

ponto de vista tecnológico; logo, deve ser uma decisão da nação, não pode ser restrita a um colégio de cinco pessoas na Anatel, porque isso tem influência mercadológica. Claro que sofreremos pressão norte-americana e de outros mercados.

Que tecnologia o Brasil vai usar? Pode favorecer o mercado norte-americano, o europeu, ou até mesmo o japonês. O que isso implica para o futuro? É o mesmo debate que se instalou sobre o uso da banda c na telefonia celular, com o qual favorecemos nossas relações internacionais. Quando ocorreu a mudança de faixa de frequência para o celular, foi importante nos relacionarmos com a Europa. Se tivéssemos tomado a decisão de nos aproximarmos dos Estados Unidos, o Brasil, no futuro, para entrar na terceira fase de tecnologia nessa área, obrigatoriamente teria que esperar o Estado norte-americano decidir qual seria a sua faixa de frequência, porque estaríamos tomando uma decisão correlata com a deles.

Os especialistas até brincam dizendo que a única guerra que os Estados Unidos perderam foi para si próprios. Aliás, a única guerra que eles ganharam, melhor dizendo, foi contra eles mesmos, porque adotaram uma faixa de frequência que o mundo inteiro reservou para o uso da terceira geração e eles já tinham usado para questões militares.

Portanto, essas definições interferem no Brasil como nação. O que o país pode extrair dessa situação? Para responder vou fazer um paralelo com a questão da universalização. Por que eu disse que não sou apocalíptico e até defendo o uso das novas tecnologias? Porque sou uma das pessoas que têm brigado no Congresso Nacional por diversos projetos nessa área de universalização que permitam tornar esse cenário tecnológico pelo menos acessível a um número crescente de pessoas. Essa questão é vital para criar regras e condições para que o processo de instalação dessas tecnologias obedeça ao critério

da universalização dos serviços e, portanto, da tecnologia, e não se resume a quiosques ou a telefones públicos – isso é muito simplório. A luta é para permitir que as novas tecnologias cheguem a todos os cantos do país.

O projeto de universalização das teles é de autoria da bancada do PT, constituído de fundo para poder responder à demanda do atendimento às camadas mais pobres da sociedade, o que tem ocorrido com desvios. Por exemplo: costuma-se usar *softwares* proprietários. Mas por que não usar *softwares* livres? Esse é um outro projeto no qual temos trabalhado.

E para responder à questão do *software* livre ao companheiro, resalto que, na realidade, o *software* não é gratuito, ele é livre. A liberdade é a possibilidade de você conhecer a fonte, alterar padrões etc. Vou dar um exemplo: suponhamos que alguém compre um acarajé na Bahia e a baiana lhe entregue, além do acarajé, uma receita. Se você quiser pegar o seu acarajé e colo-

car mais ou menos pimenta é um problema seu. Aquele acarajé, depois de produzido por você, vai ter um outro sabor; desse momento em diante, alguém vai consumi-lo e não vai pagar nada pelo fato de você ter alterado a receita; e você pode ir aprimorando o produto ao gosto do freguês.

O caso do *software* é semelhante, mas é óbvio que existe um preço a ser pago. A diferença do preço do *software* livre para o proprietário é que para esta a regra, hoje, é que se deve pagar pela instalação em cada máquina. Já com o *software* livre, basta comprar o programa e ele pode ser instalado em quantas máquinas forem necessárias, sem nenhum custo adicional. Além dessa diferença substancial, há uma outra de suma importância, que é a possibilidade de se ir alterando ou aprimorando o *software*, uma vez que o sistema é aberto e permite que usuários possam contribuir. Pensando nisso, criamos um projeto que busca obrigar todas as estruturas públicas a utilizar cada

vez mais o *software* livre, com dois objetivos. O primeiro é baratear custos, o que, obviamente, é o problema central. O Estado é o maior comprador de programas. A União gastou 150 milhões de reais com a aquisição de *softwares*. É por isso que o projeto não passa no Congresso Nacional! O segundo é permitir essa liberdade sobre a qual falei. Alguém pode argumentar que, neste caso, haveria fragilidade, mas a base militar norte-americana de dados, por exemplo, utiliza programas com código aberto para garantir sua segurança.

Nós poderíamos fazer o mesmo com a urna eletrônica, e essa é a discussão que estamos tentando levar ao TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. Se conhecêssemos o código-fonte do *software* usado na urna eletrônica, nossa segurança aumentaria. Nós não conhecemos o que temos.

Faço essa afirmação porque, conhecendo o código-fonte de um *software*, conheço toda a arquitetura do programa com o qual vou

me relacionar. Assim, obviamente, minha capacidade de fiscalizar esse programa aumenta porque eu conheço sua base. Por exemplo: no caso da urna eletrônica, estando liberado o acesso ao código-fonte do programa usado, há como rastrear e identificar se houve ou não fraudes eleitorais, é possível ler exatamente quais os caminhos construídos. Quando se tem um código fechado, não é possível acessar essa informação; só se vê o resultado dos cálculos desse *software*, e não os caminhos que produziram esse resultado.

Obviamente estamos relacionando a liberdade do *software* com a questão da internet. Por isso, para fazer um *download*, ou seja, copiar um programa via internet, ou para criar uma página na internet, é preciso pagar. Como eu dizia antes, tudo o que é colocado no mercado agora tem marca, tem dono, é um produto e, portanto, tem que ser comercializado. Essas coisas todas vão mudando o caráter dessa liberdade, dessa tecnologia que é a

internet. Ela vai perdendo esse caráter revolucionário e vai se transformando em apenas um meio, um negócio. Portanto, manter essa característica revolucionária é uma briga que temos que enfrentar, este é o ponto essencial para conquistar capilaridade, ou seja, universalizar.

Quanto à questão da informática pública, temos feito uma provocação dentro do PT sobre esse assunto. Tenho participado desse debate em diversas cidades, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Campinas etc. e, às vezes, fico perplexo porque vários dos nossos administradores confundem informática pública com a informática usada, por exemplo, para rodar folhas de pagamento. Isso é até natural, não é nenhum absurdo, mas a informática pública é dar ao cidadão verdadeiramente o controle público sobre nossas administrações – é, inclusive, uma ferramenta que o orçamento participativo pode usar permanentemente.

Tivemos uma experiência em relação à informática pública duran-

te uma campanha em Campinas. Um vereador fez isso: colocou um protótipo na rua e disse que seria usado para que o povo de Campinas controlasse a prefeitura, participasse, desse sugestões, criticasse e acompanhasse tudo o que acontecia. Esse é um modelo de processo que pode ser associado a um debate sobre o tipo de gestão que nós queremos.

No marco do socialismo, como podemos querer um governo operando esse tipo de sistema sem um controle estatal e permitindo cada vez mais o controle da sociedade sobre esse papel do Estado? Por isso esse debate da informática pública é fundamental! Ela tem que ser um instrumento utilizado para colocar essa administração em contato com o público, e não simplesmente para eliminar parte do processo burocrático, automatizar escritórios ou coisa do gênero; tem que ser muito mais revolucionária, usar a tecnologia para que a sociedade, onde quer que seja, tenha contato com ela. Esse é um ele-

mento que nós consideramos como uma ferramenta de universalização de serviços.

Com relação aos *hackers*, só é possível entrar em sistemas que têm rede. Para entrar em um sistema isolado ele precisa ter um ponto de acesso, ou seja, só é possível invadir sistemas se eles têm porta de entrada, quando é possível acessar esse sistema via algum mecanismo. Quando o sistema é isolado, não há como chegar nele a não ser manipulando-o de fora, ou por radiofrequência, se ele tiver um nível de conexão.

Para concluir minha intervenção, gostaria de dizer que nós do PT estamos discutindo na bancada a questão da urna eletrônica. Inclusive, já discutimos o assunto várias vezes com o TSE. A proposta do PT é modificar o programa das urnas eletrônicas, passar a utilizar programas com código aberto que nos permitam fiscalizar efetivamente toda a programação. Além disso, não é difícil treinar os nossos companheiros para um processo de fis-

calização de urnas eletrônicas a partir desse nível de conhecimento, porque como está é que é difícil. Recebemos o pacote pronto, mas não sabemos o que acontece adiante. Não há como entrar em um processo eleitoral sem essa modificação que é essencial para a confiança plena nesse processo.

Quero frisar a questão da luta de classes. Continuo convencido de que nesse novo cenário as bases para um processo crescente de democratização estão muito associadas a como vamos disputar esse novo cenário da sociedade de informação. O motivo da crítica que fiz ao PT é que é muito comum que brigemos com os veículos de comunicação depois de um processo eleitoral. Se o Lula apareceu dez minutos a mais ou cinco minutos a menos na mídia, depois da eleição nós esperneamos. Se não houver um processo de democratização da informação no país, uma modificação substancial no controle desses meios, vamos continuar brigando cada vez mais em proces-

tos eleitorais, fazendo a luta com a ocupação correta, via os companheiros do MST, a luta nas portas de fábrica, mas vamos ser derrotados num dos processos centrais, que é o da informação.

Se não quebrarmos essa barreira da comunicação e instalarmos um processo de democratização, não teremos como enfrentar as grandes redes. A concorrência é desleal. Seremos plenamente derrotados. A interpretação do *Jornal Nacional* sobre o debate entre Lula e Collor nas eleições de 1989 demonstra qual é o papel exercido pela informação em um momento decisivo, no horário nobre, com a abrangência e a audiência que todos sabem que a Rede Globo tem. Portanto, esse é o instrumento que precisamos conhecer, democratizar e universalizar.

Não haverá como construir uma sociedade socialista se não debatemos urgentemente quais são as novas formas de luta. Elas mudaram. Não são mais como as greves que fazíamos em 1979 ou como as ocupações de fábricas que eram feitas. Isso não significa que não temos mais que fazer greves ou que não podemos fazer mais nenhum tipo de luta; claro que temos que fazer tudo isso. Só que temos que entender que esse novo cenário exige de nós a percepção e a capacidade de entender quais são os avanços, quais são os novos mecanismos e como interferir neles. Acredito que sem tratar das questões do controle público e da informação não há como consolidar uma sociedade socialista em nossa nação.

Sobre os autores

Laymert Garcia dos Santos

Professor titular do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Autor de *Desregulagens* (Brasiliense), *Tempo de ensaio* (Companhia das Letras), *Drucksache N.F.6* (org.) (Richter Verlag) e *Politizar a tecnologia* (Editora 34, no prelo). Doutor em ciências da informação pela Universidade de Paris VII. Membro-sócio do Instituto Socioambiental e membro do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), da Universidade de São Paulo. Especialista em sociologia da tecnologia, escreve regularmente ensaios sobre as relações entre tecnologia e ambiente, arte e cultura.

Maria Rita Kehl

Psicanalista e escritora, doutora em psicanálise pelo Departamento de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi jornalista entre 1974 e 1981, e desde então continua publicando artigos em jornais, revistas e publicações especializadas em psicanálise. É autora de *A mínima diferença* (Imago), *Deslocamento do fe-*

minino (Imago), *Processos primários* (Estação Liberdade), *Sobre ética e psicanálise* (Companhia das Letras) e organizadora de *Função fraterna* (Relume-Dumará).

Walter Pinheiro

Nasceu em Salvador (BA) em 1959. É técnico em telecomunicações. Deputado federal pelo PT-BA no terceiro mandato, é membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara. Seu trabalho parlamentar tem sido reconhecido por entidades como o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que desde 1997 classifica-o como um dos *100 Cabeças do Congresso Nacional*.

Bernardo Kucinski

Nascido em São Paulo em 1937, é professor de jornalismo na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Atuou em inúmeros veículos de comunicação no Brasil e no exterior. É autor de diversos livros, entre os quais *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* e *A síndrome da antena parabólica: ética e jornalismo* (Editora Fundação Perseu Abramo).

Seu livro *Jornalismo econômico*, publicado pela Edusp, recebeu o prêmio Jabuti em 1997. Em 2003 tornou-se assessor especial da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Programa do segundo ciclo de seminários

Socialismo e Democracia realizado no primeiro semestre de 2001

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

26 de março – Perspectivas que a vitória das esquerdas nas eleições municipais de 2000 abre à construção do socialismo

Expositor: Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente de Honra do PT

Comentadores: Marta Suplicy (prefeita de São Paulo), Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre) e Luiz Dulci (presidente da Fundação Perseu Abramo)

9 de abril – Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo

Expositor: Celso Daniel – prefeito de Santo André
Comentadores: Ladislav Dowbor (professor da PUC-SP), Marina da Silva (senadora pelo Acre) e Miguel Rossetto (vice-governador do Rio Grande do Sul)

23 de abril – O orçamento participativo como um dos pressupostos políticos da construção do socialismo

Expositor: Olívio Dutra – governador do Rio Grande do Sul

Comentadora: Maria Victoria Benevides – profa. da USP e da Escola de Governo

7 de maio – Papel dos sindicatos e cooperativas ante as mudanças nas classes sociais e suas lutas, na perspectiva do socialismo

Expositor: Fernando Haddad – professor da USP
Comentadores: Gilmar Mauro (dirigente nacional do MST), João Felício (presidente nacional da CUT) e Ricardo Antunes (professor da Unicamp)

21 de maio – A luta pela terra e a organização dos assentamentos como contribuição para a construção do socialismo

Expositor: Plínio de Arruda Sampaio – ex-deputado federal e consultor da ONU

Comentador: José Graziano da Silva – professor da Unicamp

4 de junho – Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo

Expositor: Laymert Garcia – professor da Unicamp
Comentadores: Bernardo Kucinski (professor da USP), Maria Rita Kehl (psicanalista) e Walter Pinheiro (líder do PT na Câmara dos Deputados)

18 de junho – Alternativa socialista ante a globalização financeira

Expositor: Reinaldo Gonçalves – professor da UFRJ
Comentadores: João Sayad (secretário de Finanças de São Paulo), Ronald Rocha (dirigente nacional do PT) e Tânia Bacelar (secretária de Planejamento de Recife)

Leia também da coleção
Socialismo em discussão

1º ciclo

Globalização e socialismo

Maria da Conceição Tavares, Emir Sader e Eduardo Jorge

Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo

Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoino

Economia socialista

Paul Singer e João Machado

O indivíduo no socialismo

Leandro Konder e Frei Betto

Instituições políticas no socialismo

Tarso Genro, Edmilson Rodrigues e José Dirceu

2º ciclo

Orçamento participativo e socialismo

Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides

Poder local e socialismo

Celso Daniel, Marina Silva, Miguel Rosseto e Ladislau Dowbor

Socialismo e globalização financeira

Reinaldo Gonçalves, João Sayad, Ronald Rocha e Tânia Bacelar

Sindicatos, cooperativas e socialismo

Fernando Haddad, Gilmar Carneiro, Ricardo Antunes e Gilmar Mauro